



“Soluções baseadas na natureza”: ocultando um grande roubo de terras



Foto: Flickr/mariusz.kluzniak

Nossa Opinião: A “Natureza” NÃO é uma “solução”.....	2
ONGs conservacionistas presentearam os poluidores com uma enorme possibilidade de concentração de terras chamada “Soluções Baseadas na Natureza”.....	4
Analisando o discurso do capitalismo “verde”: O significado da palavra natureza na expressão “baseadas na natureza”.....	9
Quando as formas de opressão se juntam nos mesmos sujeitos.....	14
Empresas de alimentos e agronegócio vendem um golpe mortal.....	18
Empresas entusiasmadas com a proteção florestal e o plantio de árvores, determinadas a proteger os lucros resultantes da extração de combustíveis fósseis.....	22
‘Soluções Baseadas na Natureza’ e o Controle Territorial Corporativo: um consenso forjado.....	28
Os impactos das exclusões baseadas na natureza nos corpos-territórios das mulheres.....	33
O ataque dos cadetes do espaço: colônias em outros mundos, repressão racista e “soluções baseadas na natureza”.....	37

RECOMENDADOS

“Ataques às comunidades dependentes da floresta na Indonésia e histórias de resistência” – Uma compilação de artigos do boletim.....	43
Bancos de desenvolvimento europeus vergonhosamente indiferentes à violência e aos assassinatos em plantações industriais de dendê na RDC, que eles vêm financiando há anos.....	43
Rio tóxico: a luta para recuperar água das plantações de dendezeiros na Indonésia.....	43

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: pesquisador/consultor sob povos da floresta e conservação; pesquisador do Centro de Pesquisa em Trabalho, Território e Política na Amazônia, Brasil; Acción Ecológica, Equador; GRAIN; pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; Semperviva Organização Feminista - SOF, Brasil; The CornerHouse, Reino Unido; e membros do Secretariado Internacional do WRM.

“Soluções baseadas na natureza”: ocultando um grande roubo de terras

Nossa Opinião

A “Natureza” NÃO é uma “solução”



Foto: Flickr/mariusz.kluzniak

Já vimos a introdução de conceitos que causam danos em territórios e justificam a devastação contínua de florestas e a extração violenta de qualquer coisa, de minerais a madeira. Esquemas de certificação, compensação de carbono, promessas de cadeias de suprimentos com desmatamento líquido zero, promessas de emissão líquida zero e neutralidade de carbono são apenas alguns deles. A última ideia perigosa atende pelo nome de “Soluções Baseadas na Natureza” ou “Soluções Naturais para o Clima”. Ela cria a ilusão de que a “natureza” é uma “solução” para a destruição causada pelas empresas. Quanto mais ouvimos palavras associando ideias – como “natureza” e “solução” – e quanto mais repetimos e usamos esses termos, maior a probabilidade de essa associação passe a ser aceita como algo de “bom senso”.

As “soluções baseadas na natureza”, promovidas por empresas, incluem muito do que as comunidades vêm combatendo há décadas: plantações industriais de árvores, áreas protegidas, projetos de REDD, compensações de carbono e biodiversidade, plantações para biocombustíveis, etc. Outra característica comum dessas “soluções” é permitir a continuidade de outro conjunto de atividades empresariais que, de forma semelhante, têm enfrentado resistências nos territórios: mineração, extração de petróleo e gás, grandes obras de infraestrutura, agronegócio, etc.

A ideia de que a “natureza” é uma “solução” amplia ainda mais essas destruições e espoliações. Quase todos os meses, algum grande poluidor anuncia planos para tornar suas operações “neutras em carbono”, principalmente por meio de investimentos nas chamadas “Soluções Baseadas na Natureza”.

É imperativo entender o conceito das “soluções baseadas na natureza” e chamá-lo pelo que ele é: “espoliações baseadas na natureza”, denunciando a ameaça real que ele representa para territórios, populações da floresta e o clima.

Este boletim reúne reflexões sobre o que impulsiona essas perigosas espoliações promovidas por empresas.

Um dos artigos mostra que, apesar do entusiasmo das indústrias poluentes em usar essas “soluções *espoliações* baseadas na natureza” para fins de lavagem verde e busca de lucro, o conceito foi desenvolvido por grandes ONGs conservacionistas, como um mecanismo para financiar Áreas Protegidas. Com base na ideia colonial e racista de que a “natureza” está melhor sem pessoas, parte do plano do setor de conservação para transformar a “natureza” em uma “solução” para as empresas é aumentar a área de terra que esse mesmo setor controla.

Outro artigo reflete sobre o significado do termo “natureza” nesse discurso, que se baseia na relação destrutiva que a cultura ocidental tem com a “natureza”. O artigo mostra como a ideia romântica de “natureza intocada” acompanha uma conversa entusiasmada sobre novas “soluções” – uma ideia que pode ser sustentada enquanto se mantém oculta a perda real: a destruição da “natureza” e dos meios de subsistência, que decorre de sua instrumentalização como recurso explorável.

Outro artigo nos chama a refletir sobre o conceito de “interseccionalidade”. A autora destaca a importância de compreender como várias camadas de opressão podem se aglutinar ou se cruzar em um tópico, por exemplo, no caso de uma mulher migrante, indígena e sem terra. Esquemas como as “soluções baseadas na natureza”, que instrumentalizam a “natureza” em si, conclui a autora, exigem a inclusão da “natureza” como outra “intersecção” essencial de várias opressões.

O conceito de “soluções baseadas na natureza” pode estar construindo um perigoso e perverso “imaginário coletivo” sobre aquilo que a “natureza” *deveria* fazer pelos seres humanos. Ao compreender os interesses em jogo e seus defensores, fica claro que o conceito é uma ameaça perigosa as florestas e populações florestais. Não pode haver discussão sobre “soluções” para a crise climática enquanto as verdadeiras causas dessa crise não forem identificadas e a destruição que geram, interrompida.

Três artigos neste boletim destacam como três diferentes setores poluentes estão à frente do que talvez seja mais apropriado chamar de “*espoliações* baseadas na natureza”: mineração, petróleo e agronegócio. Cada um desses artigos questiona: para quem são essas “soluções”? O que elas estão realmente solucionando? Quem está lucrando? E quem está perdendo?

Outro artigo conta algumas experiências de mulheres brasileiras impactadas pela “economia verde”, como ponto de partida para uma reflexão sobre o que hoje se chama de “Soluções Baseadas na Natureza”. Entre outras coisas, o artigo alerta para a *lavagem lilás* feita pelas grandes ONGs conservacionistas, ou seja, uma agenda de gênero que parece colocar as mulheres no centro desses projetos, mas promove modelos de relação com a natureza que, em última instância, são patriarcais e excludentes.

Outro artigo deste boletim enfatiza como a crise ecológica não tem o mesmo significado para todos. O significado dela para os homens mais ricos da Terra, na sua condição de capitalistas, é o efeito sobre os seus investimentos. Portanto, a “solução” para esse efeito (não para a crise, é claro) deve ser encontrada em algum lugar, de alguma forma. O autor explora questões como onde os ricos podem investir seu dinheiro para que os lucros

continuem se acumulando em suas mãos? E como podem fazer isso em um planeta cada vez mais debilitado e que não pode ser coberto por seguros, cheio de processos judiciais por razões ambientais, potencialmente debilitantes, comunidades rebeladas em função dos impactos que sofrem, consumidores ecológicos inquietos e regulamentações problemáticas sobre o carbono? Ao explorar essas questões, ele apresenta algumas premissas.

O conceito de “soluções baseadas na natureza” é mais uma tábua de salvação para a economia capitalista destrutiva. Desta vez, essa destruição pode não apenas acabar com meios de subsistência, territórios, florestas, cursos d’água, bacias hidrográficas, pastagens e muitos outros espaços de vida na Terra; ela também pode cercar os territórios dos povos da floresta em nome da “conservação” e das terras férteis dos agricultores para estabelecer plantações industriais, em nome de “salvar o clima”.

As “soluções *espoliações* baseadas na natureza” são uma ameaça perigosa aos territórios, às populações da floresta e ao clima.

ONGs conservacionistas apresentaram os poluidores com uma enorme possibilidade de concentração de terras chamada “Soluções Baseadas na Natureza”



Conservation magazine/Michael Gibbs

O conceito de “Soluções Baseadas na Natureza” (também chamadas, com frequência, de “Soluções Naturais para o Clima”) foi aproveitado entusiasticamente por indústrias poluidoras, para fazer maquiagem verde nas emissões que contribuem para as mudanças climáticas, e por governos, para evitar decisões políticas impopulares, necessárias para reduzir rapidamente o uso de combustíveis fósseis. Incluir essas distrações “baseadas na natureza” como parte significativa de qualquer estratégia climática global pode ter consequências catastróficas. Mas a ideia foi originalmente desenvolvida e promovida por instituições que afirmam agir em nome do planeta – grandes grupos conservacionistas internacionais, em busca de seus próprios interesses.

As origens – um plano para lucrar com as áreas protegidas

As expressões “Soluções Baseadas na Natureza” e “Soluções Naturais para o Clima” apareceram pela primeira vez em dezembro de 2009. Em um documento descrevendo sua posição para as negociações climáticas da ONU em Copenhague (COP15), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) declarou que “[estava] promovendo soluções baseadas na natureza para as mudanças climáticas como parte de planos e estratégias mais amplos de adaptação e mitigação. O REDD+ é uma opção de mitigação rapidamente implementável...” (1). Ao mesmo tempo, a IUCN publicou um livro intitulado “Soluções naturais: áreas protegidas ajudando as pessoas a lidar com as mudanças climáticas”, (2) que alegava (desonestamente) que “as áreas protegidas cumprem um papel importante na redução das emissões de dióxido de carbono na atmosfera, as quais mudam o clima”. (3) O livro observava como as áreas protegidas no Canadá sequestraram quatro bilhões de toneladas de dióxido de carbono “estimadas em 39-87 bilhões de dólares em créditos de carbono”. A IUCN é a autoproclamada “autoridade global com relação ao status do mundo natural e às medidas necessárias para protegê-lo”, cujos membros incluem 91 governos e cerca de 1.200 ONGs.

Esse primeiro relatório sobre as chamadas “Soluções Baseadas na Natureza” resultou de um pacto (“PACT 2020”) (4) organizado pela IUCN em outubro de 2008, no Congresso Mundial de Conservação, que teve como objetivo:

“Garantir que as áreas protegidas e seus sistemas sejam reconhecidos como uma contribuição importante às estratégias de mitigação/adaptação às mudanças climáticas para a biodiversidade e meios de subsistência humanos”.

O conceito das Soluções Baseadas na Natureza foi desenvolvido pelas organizações de conservação como um mecanismo para aumentar o financiamento disponível para áreas protegidas, com apoio de mercados de carbono e investimentos do setor privado. Apesar dos problemas globais de conflitos com comunidades expulsas - há muito conhecidos e não resolvidos - , o setor de conservação tem procurado aumentar aos poucos a área de terra sobre a qual tem controle exclusivo, à custa da população rural.

Desde o início, as árvores e as florestas foram fundamentais. De acordo com estimativas mais recentes (e altamente exageradas, veja abaixo), 75% do suposto potencial das Soluções Baseadas na Natureza para mitigação do clima estão relacionados a plantações e manejo florestal. (5) O conceito – que em grande parte é o REDD+ com uma roupagem nova – permite que a poluição continue, compensando-a com plantações ou sequestro de carbono florestal.

Após a adoção do Acordo de Paris da ONU, em dezembro de 2015, grupos conservacionistas internacionais começaram a aumentar a pressão por apoio às chamadas “Soluções Baseadas na Natureza” ou “Soluções Naturais para o Clima”. No início de 2016, a ONG americana The Nature Conservancy (TNC, a organização de conservação mais rica do mundo) iniciou uma campanha descrevendo as “Soluções Naturais para o Clima” como “a solução esquecida”, enfatizando que o seu suposto potencial para a mitigação das mudanças climáticas deveria atrair uma “atenção” (ou seja, financiamento) proporcional. (6) Em setembro de 2016, a IUCN adotou uma definição de Soluções Baseadas na Natureza no Congresso Mundial de Conservação (7) e, no final do ano, publicou um “Manifesto pelas Soluções Baseadas na Natureza”. (8)

Desde o início, os conservacionistas se consideravam corretores e fornecedores essenciais das chamadas “Soluções Baseadas na Natureza”, e as consideravam como um mecanismo gerador de créditos de carbono para indústrias poluentes, mobilizando, assim, dinheiro de grandes empresas. (9) Em 2015, o coordenador do trabalho da The Nature Conservancy com Soluções baseadas na natureza, Justin Adams, disse que:

“Precisamos encontrar novas maneiras de atrair os atores do setor privado ... A The Nature Conservancy tem relações, tem terras, tem programas de campo em todo o mundo. Se conseguirmos potencializá-los, a The Nature Conservancy pode cumprir um papel muito, muito importante no enfrentamento ao desafio climático”. (10)

Criação de uma fundamentação pseudocientífica

Um impulso importante para a ideia foi a publicação, em outubro de 2017, do artigo “Soluções Naturais para o Clima”. (11) O autor principal, Bronson Griscom, e mais de um terço dos 32 autores do artigo trabalharam para a The Nature Conservancy (TNC). A afirmação central e enganosa desse documento – de que as “*Soluções Naturais para o Clima*” podem proporcionar, com boa relação custo-benefício, 37% da redução de CO₂ necessária até 2030 para que tenhamos uma chance maior do que 6% de manter o aquecimento abaixo de 2 °C” – foi citada várias vezes, inclusive nos níveis políticos mais elevados, ganhando plausibilidade por meio de sua repetição. Aparecendo em várias formas (“37%”, “um terço”, “mais de um terço”, etc.), a alegação deriva, em última análise, do documento da TNC, e muitas vezes é acompanhada por uma demanda de que um terço do financiamento climático deveria ir para programas de Soluções Baseadas na Natureza (ou seja, para grupos conservacionistas).

Organizações como o Programa Ambiental da ONU e a IUCN repetiram essas afirmações como se fossem metas políticas reais e viáveis. Porém, o artigo consiste em cálculos totalmente hipotéticos para a absorção *potencial* de carbono por ecossistemas “naturais”, baseados em um amplo leque de suposições muito pouco plausíveis ou totalmente impossíveis, sepultadas no longo anexo técnico do artigo. Por exemplo, cerca de metade do alegado potencial de mitigação vem de florestamento ou reflorestamento. A terra necessária para isso, ao que parece, seria de quase 800 milhões de hectares, ou aproximadamente o tamanho da Austrália, cuja maior parte – sugere o artigo – evidentemente está na América Latina. Os desafios e problemas políticos, econômicos, sociais, ecológicos e logísticos dessa mudança no uso da terra em escala continental são totalmente ignorados. O artigo pressupõe que a maior parte do florestamento teria que ser feita inicialmente por empresas privadas para plantações comerciais, ou seja, plantações de monoculturas industriais.

Da mesma forma, representando mais um quarto do potencial de mitigação alegado, o documento pressupõe que todo o desmatamento possa ser interrompido globalmente e toda a produção de madeira possa se tornar sustentável quase instantaneamente. Por mais desejáveis que sejam esses resultados, décadas de experiência mostram que isso simplesmente não é viável. Da mesma forma, o artigo argumenta que grande parte da produção de madeira teria que ser transferida para plantações que, de alguma forma, armazenariam simultaneamente mais carbono. E muito dos 25% restantes do potencial de mitigação viria de mudanças globais nas práticas agrícolas, novamente ignorando os enormes desafios que isso implica.

Em grande parte, as chamadas “Soluções Baseadas na Natureza” não são “soluções”, nem são “baseadas na natureza”.

As Soluções Baseadas na Natureza vão estar no centro das atenções em 2021?

Há esforços claros para empurrar as Soluções Baseadas na Natureza para o centro das próximas negociações climáticas da ONU, a COP-26, sediada no Reino Unido, agora marcada para novembro de 2021. O governo do Reino Unido declarou que é uma de suas cinco áreas prioritárias para as negociações. (12) O importante Comitê Permanente de Finanças da ONU dedicará sua “plenária” de 2021 inteiramente às Soluções Baseadas na Natureza, (13) e não parece se incomodar em discutir detalhadamente um conceito totalmente indefinido dentro do sistema da ONU, e apenas vagamente definido em quaisquer termos, em qualquer lugar. O Comitê recebeu propostas de grande apoio da indústria de conservação, bem como de vários governos, incluindo os da França e da Alemanha.

As Soluções Baseadas na Natureza foram retratadas recentemente como uma solução unificadora para os problemas de mudança climática e de perda de biodiversidade, e há um esforço paralelo para inseri-las na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A expressão está incluída em uma nova proposta de plano denominada “Marco da Biodiversidade Global Pós-2020”, que estabelecerá as metas da CDB e cuja adoção está prevista para outubro de 2021.

Em função das origens das Soluções Baseadas na Natureza, há preocupações de que elas possam financiar um plano da IUCN e outros grandes grupos conservacionistas como o WWF (que, na verdade, são empresas) para aumentar a cobertura de áreas protegidas para 30% do planeta até 2030. Essa “meta”, que também é um objetivo fundamental para a indústria de conservação dentro das negociações climáticas da CDB e da ONU, poderia implicar uma imensa apropriação de terras de indígenas e comunidades.

Enquanto isso, em 2020, os grupos conservacionistas começaram a ganhar na loteria do financiamento empresarial corporativo que há muito buscavam. TNC, WWF, Environmental Defense Fund (EDF) e outros grupos favoráveis às compensações por meio de Soluções Baseadas na Natureza receberam, cada um, 100 milhões de dólares em financiamento do fundador da Amazon, Jeff Bezos. (14)

Soluções Baseadas na Natureza: a roupa nova do rei

É claro que se alcançou pouca ou nenhuma mitigação propriamente dita por meio de Soluções Baseadas na Natureza nos quatro anos desde que foi publicado o artigo de Griscom/TNC. O mundo real testemunhou os piores incêndios florestais de todos os tempos em muitas regiões, imensas áreas novas de turfeiras, densas em carbono, foram alocadas para exploração de petróleo na África, e os sumidouros naturais, como a floresta amazônica, tornam-se fontes de carbono. Embora suas reivindicações tresloucadas sejam totalmente inatingíveis hoje em dia, a The Nature Conservancy não divulgou qualquer reavaliação ou retratação de seu artigo tão influente de 2017, que continua a enganar legisladores e o público. (15)

As Soluções Baseadas na Natureza representam um grave risco de perpetuação da mudança climática, um monstro da maquiagem verde, libertado e alimentado por grupos

conservacionistas por seus próprios interesses. Eles devem ser questionados implacavelmente pelos danos que causaram aos esforços para proteger o planeta.

Simon Counsell,

Março de 2021

- (1) IUCN, 2009a. No time to lose – make full use of nature-based solutions in the post-2012 climate change regime. <https://bit.ly/3kleGmc>
- (2) IUCN, 2009b. Natural Solutions: protected areas helping people cope with climate change. IUCN-WCPA. <https://bit.ly/34Cb9PY>
- (3) IUCN, 2009b. *ibid*
- (4) De acordo com a IUCN, 2009b, “o PACT 2020 envolve uma parceria liderada pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN, junto ao Secretariado da organização, seus membros, e outras organizações internacionais, incluindo The Nature Conservancy, WWF International, Wildlife Conservation Society, Conservation International, Wild Foundation, Fauna and Flora International, Climate, Community and Biodiversity Alliance, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Centro de Monitoramento de Conservação Mundial do PNUMA”.
- (5) Lang and Counsell, 2019, Offsetting fossil fuel emissions with tree planting and ‘natural climate solutions’: science, magical thinking, or pure PR? <http://bit.ly/2XLRJFU>
- (6) TNC, 2016. The Forgotten Climate Solution, TNC website. Fevereiro de 17, 2016. <https://bit.ly/2OuwjdT>
- (7) IUCN, 2016a. Resolution at the World Conservation Congress, 2016. WCC-2016-Res-069-EN, Defining Nature-based Solutions. <https://bit.ly/3vzeJ9k>
- (8) IUCN, 2016b. Nature-based solutions to address climate change. Comitê francês da IUCN. <https://bit.ly/3tEkMrp>
- (9) TNC, 2016, *ibid*.
- (10) TNC, 2016, *ibid*.
- (11) Griscom et al. 2017. Natural Climate Solutions, PNAS. <https://www.pnas.org/content/114/44/11645>
- (12) UNFCCC, 2020a. UNFCCC, 2020. COP Presidencies Speak at Launch of Race to Zero Campaign. 5 de junho de 2020.
- (13) UNFCCC, 2020b. <https://bit.ly/3lqRnhd>
- (14) Ecosystem Marketplace, 2020. Natural Climate Solutions Win Big in First Bezos Grants, <https://bit.ly/3tEgxf>
- (15) Elgin, B. These Trees Are Not What They Seem, Bloomberg Green, <https://bloom.bg/2W083R2>

Analizando o discurso do capitalismo “verde”: O significado da palavra natureza na expressão “baseadas na natureza”



Foto da capa do livro “Nature Capital. Theory and practice of mapping ecosystem services,” que ilustra a visão dicotômica que vem com a financeirização da natureza: terra dividida, sem remanescentes, em agronegócio de alta tecnologia e paisagem “intocada” desabitada.

Discurso e desenvolvimento

O poder do discurso reside em sua capacidade de estabelecer “regimes de verdade”. Ao usar o termo *discurso*, filósofos, sociólogos ou linguistas geralmente se referem a um conjunto de práticas sociais e linguísticas que legitimam determinados tipos de conhecimento e consolidam determinadas noções, definições de problemas, visões de mundo etc., de forma que acabem sendo aceitos pela sociedade como se fossem evidentes por si sós. Um elemento central para o estabelecimento desses regimes de verdade são as dicotomias – pares de termos opostos e mutuamente excludentes – como, “são” versus “insano”, “normal” versus “anormal”, “desenvolvido” versus “subdesenvolvido”. O regime de verdade serve para determinar o que pode ser dito legitimamente, e por quem. Ao estabelecer esse regime, um discurso institui e consolida determinadas relações de poder. A análise do discurso, tal como foi introduzida pelo filósofo francês Michel Foucault no final da década de 1960, (1) busca desvelar o nexos verdade-poder de um determinado discurso para desmontá-lo, desconstruindo os conceitos construídos e naturalizados por meio dele.

Aplicando essa abordagem, o pensador colombiano Arturo Escobar (2) expôs as relações de poder dentro do discurso sobre o “desenvolvimento” implementado após a Segunda Guerra Mundial entre os países industrializados e o chamado “terceiro mundo”. Ao produzir uma noção de “riqueza” como algo que poderia ser quantificado e medido em termos de renda *per capita* ou Produto Interno Bruto, povos cujas economias não eram baseadas majoritariamente em dinheiro – como meios de subsistência tradicionais e comunidades de subsistência – passaram a ser percebidos como “pobres”, e lhes proporcionar desenvolvimento, como uma obrigação moral do “primeiro mundo”. A onda de projetos de desenvolvimento nas décadas seguintes deu às indústrias ocidentais acesso aos recursos

naturais e criou novos mercados a serem explorados por elas, introduzindo a cultura do consumo no Sul global.

Na década de 1980, as consequências desastrosas do crescimento econômico capitalista globalizado não podiam mais ser ignoradas, e o adjetivo “sustentável” foi acrescentado à palavra desenvolvimento. Agências de desenvolvimento e grandes ONGs precisaram criar novas narrativas sobre camponeses, povos indígenas, mulheres e meio ambiente. Na realidade, porém, os projetos de “desenvolvimento sustentável” foram implementados de cima para baixo, resultando na invasão de comunidades rurais por especialistas em meio ambiente, engenheiros florestais, antropólogos, etc., que vinham “ensinar” como elas deveriam usar suas terras de forma “sustentável”. Fundamentalmente, esses projetos e programas reiteram o paradigma do crescimento econômico e reproduzem as relações de poder neocoloniais até hoje.

O discurso do capitalismo “verde”

Mais recentemente, surgiram construções discursivas novas e, de alguma forma, diferentes. Vinte ou trinta anos atrás, expressões como sustentabilidade, biodiversidade ou redução de emissões eram usadas para sugerir uma base científica para os projetos. Porém, nos últimos dez anos, tem surgido um número crescente de expressões tecnicamente mais vagas e mais agradáveis ao público, e que não prejudicam os negócios.

A “economia verde” foi propagada dez anos atrás como um novo modelo econômico, incluindo um amplo leque de tecnologias – da energia solar ao comércio de carbono – transmitindo a ideia geral de que a economia capitalista não é um problema, e sim uma solução. (3) Da mesma forma, a ideia de “bioeconomia circular” (4) evoca associações com o círculo harmônico da vida e promete salvar o planeta por meio da valorização do “capital natural” e de uma transição para a “economia da borboleta”. (5) Também recentemente, a ideia das “soluções baseadas na natureza” vem sendo promovida com força, como um modelo supostamente novo para combater as mudanças climáticas e proporcionar “benefícios ao bem-estar humano e à biodiversidade”. (6) A introdução em massa dessas expressões ecológico-econômicas multifacetadas indica que o discurso do “desenvolvimento sustentável”, conforme descrito por autores como Arturo Escobar na década de 1990, está agora em uma fase diferente, que seria mais bem descrita como o discurso do capitalismo “verde”.

Então, qual é o motivo dessa mudança? Quais são os novos interesses econômicos e de poder que exigem a adaptação do regime de verdade?

Os típicos projetos de desenvolvimento sustentável da década de 1990, seguindo o lema “use ou perca”, buscavam o aproveitamento econômico da natureza, extraindo fisicamente recursos de áreas protegidas, como produtos florestais não madeireiros (por exemplo, látex, castanha-do-Pará) ou madeira “colhida de forma sustentável”. Os projetos da última década, por sua vez, são cada vez mais movidos por interesses em compensação ambiental e climática. Segundo essa lógica, para que as áreas protegidas sirvam de moeda de troca para destruir ou poluir em outras áreas, deve-se minimizar ou proibir qualquer interferência humana nos chamados “serviços ecossistêmicos” (por exemplo, estocar carbono, preservar a biodiversidade) que devem “compensar” a destruição do mesmo “serviço” em outro lugar. O que distingue os projetos atuais dos anteriores são os novos mecanismos de apropriação. A compensação ambiental e climática extrai valor comercial da natureza ao “virtualizá-la”.

Uma vez quantificados, os chamados “serviços ecossistêmicos” são considerados intercambiáveis. Dessa forma, sem que nada seja fisicamente extraído ou produzido, criam-se “ativos financeiros” a partir da terra, na forma de certificados.

A lógica fundacional desses projetos não é apenas falha (já que pagar para poluir não é uma solução), (7) mas também profundamente desumana, uma vez que visa, em última análise, criminalizar os povos tradicionais e os expulsar de suas próprias terras.

A fim de ocultar essa justificativa subjacente dificilmente defensável e suas falhas, a produção discursiva deve ser dividida. Por um lado, há o jargão altamente técnico dos artigos científicos – bastante incompreensível para leigos – sobre a avaliação do “impacto antrópico” sobre os ecossistemas (ou seja, perturbações induzidas pelo ser humano), somado a cálculos de emissões ou perdas de biodiversidade supostamente reduzidas ou evitadas por um determinado projeto. Essa vertente discursiva só é compreensível para um pequeno grupo de consultores e técnicos encarregados de fazer acontecer essa nova forma de extração.

Por outro lado, para o grande público, produz-se o discurso eufemístico superficial sobre as “soluções baseadas na natureza”. Nesse caso, a romantização da natureza intocada é acompanhada por uma conversa entusiasmada sobre novas soluções e situações em que todos ganham. É fácil sustentar a fantasia do “ganha-ganha” perante o público em geral, desde que permaneça oculta a perda real, ou seja, a destruição dos meios de subsistência que ocorre onde as comunidades subalternas impactadas não estão em posição de se fazer ouvir.

Um amplo estudo de pesquisadores brasileiros (8) evidenciou esse tipo de divisão no contexto de um importante projeto de REDD+ em um território indígena amazônico. (9) Para “provar” que as medidas evitarão o desmatamento que, de outra forma, teria ocorrido, as descrições técnicas do projeto retratam os membros da comunidade indígena como notórios destruidores de florestas. Essas informações são mantidas nos bastidores ou, como dizem os autores, ocultadas na “caixa preta” da linguagem especializada.

Naquilo que é mostrado – vídeos no YouTube com muitas visualizações, brochuras reluzentes, etc. – explora-se a narrativa dos povos indígenas como guardiões da floresta que amam a natureza. Enquanto a narrativa sobre os destruidores da floresta é o requisito técnico para vender “emissões evitadas” como créditos de carbono, a que fala dos guardiões da floresta é necessária para fazer uma lavagem verde eficaz na imagem do comprador, nesse caso, uma grande indústria de cosméticos.

Os mecanismos de apropriação da natureza para fins de compensação ambiental e climática são tão indecentes e violentos, e tão distantes de contribuir para a solução das crises, que o público em geral não os aceitaria se fossem transparentes.

Outra estratégia eficaz para esconder algo é colocá-lo em um palheiro. Expressões como “economia verde” ou “soluções baseadas na natureza” englobam um amplo leque de iniciativas, programas e projetos, confundindo suas diferenciações. Elas funcionam como rótulos abrangentes que agrupam programas predatórios de compensação junto a iniciativas como ecologização de prédios urbanos e pequenos projetos agroecológicos. O uso de um rótulo comum sugere que todas essas iniciativas – apesar de algumas delas parecerem mais “tecnicamente complexas” do que outras – vão na mesma direção e, em última análise,

devem necessariamente ter o mesmo objetivo, ou seja, a preservação do meio ambiente e do clima. Portanto, grande parte da sociedade continua não reconhecendo os interesses puramente comerciais que estão impulsionando os projetos de compensação e sua natureza excludente.

A amplitude das novas expressões e a “positividade” do discurso servem para neutralizar ainda mais as vozes críticas. Aqueles que rejeitam essas expressões caem automaticamente no descrédito de quem se opõem a qualquer contribuição construtiva e, portanto, podem ser facilmente excluídos da discussão, como aqueles que sempre dizem não.

A expressão “baseadas na natureza” transmite a ideia de que as supostamente novas “soluções” surgem de uma relação diferente com a natureza, e que os seres humanos agora estão em paz com a natureza e aprendendo com ela. É claro que o caráter excludente e predatório dos projetos que estão por trás dessa expressão faz dessa noção uma piada. Mas a expressão “baseadas na natureza”, no contexto desses projetos, revela algo mais fundamental.

O significado da palavra “natureza”

A estas alturas, precisamos perguntar: qual é o real significado do termo “natureza”? E para quem ele tem esse significado?

O antropólogo Felipe Descola (10) mostra que a dicotomia cultura-natureza – ou seja, a divisão radical desses dois termos como sendo mutuamente excludentes – é uma especificidade da sociedade ocidental. Esse naturalismo – a suposição de que a “natureza” existe como domínio próprio, determinado por leis causais e separado da realidade “cultural” que, por sua vez seria governada pela ação autodeterminada do homem – orienta tanto nosso senso comum quanto nosso princípio científico.

Os povos indígenas, por outro lado, que convivem com a terra, a floresta, o rio, as plantas, os animais e seus espíritos, e que sofrem as consequências tanto da destruição quanto das tentativas de “salvar a natureza” empreendidas pelo homem ocidental, não têm esse conceito generalizado e antropocêntrico de “natureza”. Como explica o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, a cosmologia dos povos indígenas amazônicos pode ser entendida como um “multinaturalismo”. (11) Para eles, cada um dos vários mundos – o mundo das onças, o mundo das cobras, o das antas etc. – constitui uma natureza própria dentro da qual esses seres não humanos exercem práticas sociais ou culturais que são iguais ou análogas às dos homens, ou seja, para os povos indígenas amazônicos só existe uma cultura e inúmeras naturezas.

Isso nos leva à ideia de que a relação destrutiva dos seres humanos modernos com seu meio ambiente e seus semelhantes está enraizada precisamente em sua noção de natureza. É nessa linha de raciocínio que alguns pensadores propõem que abandonemos completamente essa noção e desenvolvamos o que eles chamam de “ecologia sem natureza”. (12) Dentro dessa perspectiva, não haveria separação entre humanos e não humanos, e não haveria mais base para a dominação e extermínio destes últimos.

No entanto, a construção ocidental da natureza não pode ser entendida como qualquer construção discursiva que poderíamos, assim que a identificássemos como tal,

simplesmente abandonar ou desconstruir com facilidade. Essa é uma problemática mais profunda. A natureza é a alteridade fundamental – o “outro” que constitui o “eu” – do homem ocidental. Sua identidade cultural é definida por essa relação antagônica. A história da civilização ocidental, dos gregos antigos ao capitalismo tardio, é marcada por essa relação fantasmagórica e hostil, pelas violentas tentativas do homem branco de dominar o que ele projeta como natureza, promovidas em nome da ilustração e do desenvolvimento. (13)

A romantização da natureza, como vemos surgir no novo discurso das soluções “baseadas na natureza”, pode ser entendida como um componente essencial dessa relação conturbada. A instrumentalização da natureza como recurso explorável, por um lado, e sua veneração como “pura” e intocada, por outro, andam de mãos dadas. Esse fenômeno é análogo a uma condição descrita na literatura feminista, (14) conhecida como dicotomia Maria/Eva: Frequentemente, os homens em nossa sociedade patriarcal são incapazes de ter relações sexuais respeitadas com as mulheres porque só podem concebê-las como seres desprezíveis que podem ser degradados a objetos sexuais exploráveis ou como puras “mães virgens”.

De forma semelhante, a natureza – objetivada como “recurso” – pode ser explorada agressivamente sem escrúpulos morais, os seres vivos podem ser amontoados em monoculturas ou fazendas industriais de gado, e geneticamente manipulados para maximizar a produção. Essa atitude predatória é contrastada com a veneração romântica de uma natureza “maternal” distante e ideal, sugerindo imagens de paisagens naturais intocadas e “florestas virgens”.

Essa dicotomia, em última análise, não deixa espaço para uma relação digna entre os seres humanos e outras formas de vida. Ela promove um mundo onde ilhas desabitadas de florestas sejam cercadas por locais de produção agrícola com alta tecnologia. “A expropriação da terra e do solo da população rural” é, como explicaram Karl Marx (15) e Rosa Luxemburgo, (16) a condição fundamental e permanente para o crescimento capitalista. O crescimento capitalista compulsivo, enraizado na relação ocidental com a natureza, acompanha mecanismos sempre renovados de expropriação, e uma constante criação e adaptação de regimes de verdade.

O novo discurso sobre as soluções “baseadas na natureza” deve ser compreendido e rejeitado pelo que é: um componente funcional dos mecanismos de exclusão e expropriação do capitalismo tardio. A exclusão e a extinção de seres vivos humanos e não humanos através da financeirização de seus espaços de vida é adornada e encoberta por um discurso que cultua a fantasmagoria ocidental sobre a natureza.

Michael F. Schmidlehner, michaelsschmidlehner@gmail.com

Núcleo de Pesquisa Trabalho, Território e Política na Amazônia – TRATEPAM-IFAC

(1) Foucault, Michel. *A arqueologia do saber (L'Archéologie du Savoir, 1969)*. Forense Universitária, 2008.

(2) Escobar, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Vol. 1. Princeton University Press, 2011.

(3) UNEP, UNEP. “Towards a green economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication”. *Nairobi, Kenya: UNEP, 2011*.



Na cultura patriarcal ocidental, a visão dicotômica da natureza anda de mãos dadas com uma concepção igualmente polarizada sobre as mulheres. A pintura do século XV “A Madona da Humildade com a Tentação de Eva”, de Carlo da Camerino, ilustra a chamada dicotomia Maria-Eva: enquanto a Virgem Maria é adorada em um trono, a depravada Eva é retratada como sexualmente disponível.

- (4) WEF. “What’s a ‘circular bioeconomy’ and how can it save the planet? | World Economic Forum”, 2021. <https://www.weforum.org/agenda/2020/10/circular-bioeconomy-nature-reset/>
- (5) Hohne-Sparborth, Thomas, Christopher Kaminker, Laura Garcia Velez, Kristina Church, e Michael Urban. “Investing in Nature: the true engine of our economy – a synthesis”, 2021.
- (6) Cohen-Shacham, Emmanuelle, Gretchen Walters, Christine Janzen e Stewart Maginnis. “Nature-based solutions to address global societal challenges”. *IUCN: Gland, Switzerland* 97 (2016).
- (7) Sobre a lógica falha da compensação ambiental e climática e de “pagar para poluir”, os textos a seguir apresentam exemplos e explicações:
Kill, Jutta. “Economic valuation of nature”. *Bruxelas: Rosa-Luxemburg-Stiftung*, 2014.
Lohmann, Larry. “Carbon trading, climate justice and the production of ignorance: ten examples”.
- (8) *Development* 51, no. 3 (2008): 359-65. (7) Rajão, Raoni e Camilla Marcolino. “Between Indians and ‘cowboys’: the role of ICT in the management of contradictory self-images and the production of carbon credits in the Brazilian Amazon”. *Journal of Information Technology* 31, no. 4 (2016): 347-57.
- (9) Os autores do estudo anonimizaram os dados, mas há pouca dúvida de que se trata do Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS), no estado brasileiro de Rondônia, como aponte em: Schmidlehner, Michael Franz. “Guest Post: Between Suruí and ‘Acapú’: REDD and scientists’ ethical dilemmas | REDD-Monitor”, 2016. <https://redd-monitor.org/2016/07/21/guest-post-between-suru-i-and-acapu-redd-and-scientists-ethical-dilemmas/>
- (10) Descola, Philippe. *Beyond nature and culture*. University of Chicago Press, 2013.
- (11) Castro, Eduardo Viveiros de. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana* 2, no. 2 (1996): 115-44.
- (12) Morton, Timothy. *Ecology without nature: Rethinking environmental aesthetics*. Harvard University Press, 2007.
- (13) Adorno, Theodor W. e Max Horkheimer. *Dialektik der Aufklärung*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1988.
- (14) Bareket, Orly, Rotem Kahalon, Nurit Shnabel e Peter Glick. “The Madonna-Whore Dichotomy: Men who perceive women’s nurturance and sexuality as mutually exclusive endorse patriarchy and show lower relationship satisfaction”. *Sex Roles* 79, no. 9 (2018): 519-32.
- (15) Marx, Karl. “Das Kapital, Buch 3, Vierundzwanzigstes Kapitel. Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation”. In *Karl Marx, Friedrich Engels Werke*, 23:741-91. Diez. 1962.
- (16) Luxemburg, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*. Vol. 1. Buchhandlung Vorwärts Paul Singer, 1913.

Quando as formas de opressão se juntam nos mesmos sujeitos



Foto da capa da publicação intitulada, “A natureza contrata: Como as soluções baseadas na natureza podem impulsionar a recuperação de empregos verdes,” WWF e ILO.

Não se pode falar das chamadas “Soluções Baseadas na Natureza” (SBN) sem relacioná-las à economia verde, tampouco falar desta sem abordar o capitalismo e suas novas – e velhas – formas de acumulação, associadas ao colonialismo, ao racismo e ao patriarcado, pilares sem os quais ele não poderia funcionar.

Então, é preciso perguntar: o que há de racista, colonial e patriarcal em propostas como as SBN? E para responder, podemos fazer uso de uma ferramenta de análise poderosa, como a interseccionalidade.

Como conceito, a *interseccionalidade* foi definida pela primeira vez em 1989, por Kimberlé Crenshaw, uma mulher afrodescendente nascida nos Estados Unidos, e surgiu como uma ferramenta para entender como diferentes formas de segregação ou múltiplas formas de opressão se juntam – ou se cruzam – no mesmo sujeito.

Essa visão permite compreender situações como as das mulheres afrodescendentes ou indígenas, duplamente oprimidas, pois nelas se cruzam questões raciais, étnicas e de gênero e, em muitas ocasiões, também questões de classe, nacionalidade, estrutura corporal, idade. É uma conjunção de situações de opressão complexas que recaem sobre os mesmos sujeitos.

Essa abordagem baseada na interseccionalidade nos permite entender, por exemplo, por que morrem mais mulheres em desastres climáticos? Por que há mais mulheres do que homens com câncer nas zonas petrolíferas? Por que mais pessoas pobres estão morrendo da Covid-19? Por que as Soluções Baseadas na Natureza são implementadas principalmente nos países do Sul global?

As respostas não estão no campo da genética, nem são ecossistêmicas; elas recaem em questões de raça, gênero e classe.

Por exemplo, quem mais cuida de doentes, idosos e crianças são as mulheres. Se houver uma enchente ou um furacão, as mulheres não poderão escapar, pois estarão realizando tarefas de cuidado. Em vários lugares, são poucas as que sabem ler, e muitas vezes, os anúncios de possíveis desastres são feitos em locais públicos, aonde elas não têm acesso, ou elas simplesmente não ficam sabendo da informação escrita. Também sabemos que um dos problemas do aquecimento global é o aumento das doenças, razão pela qual cada vez mais as mulheres fazem o trabalho de cuidado. Além disso, com cada vez mais escassez e concentração das fontes de água nas mãos de poucos, as mulheres têm que se esforçar mais para trazê-la a suas casas ou obter lenha para cozinhar em lugares cada vez mais distantes.

A mesma coisa acontece em áreas de conflito relacionados ao petróleo ou à mineração. Junto com a masculinização dos territórios e o crescimento da violência nas comunidades, vêm policiais ou militares, funcionários de empresas, forças de segurança privada, tráfico de drogas, bares, aumento do consumo de álcool, abuso sexual ou a própria violência doméstica. Nesse contexto, são as mulheres que mais sofrem com essa espiral de violência e com as doenças associadas à poluição. No norte da Amazônia equatoriana, por exemplo, elas são mais afetadas pelo câncer. Dos casos registrados, 71% acontecem em mulheres e 29%, em homens. Ou seja, a condição de mulher indígena e camponesa se soma à de seus corpos mais expostos aos rios poluídos onde elas lavam roupas ou às chaminés que liberam fumaça da queima de gases próximo às suas casas, entre outros males.

A partir da interseccionalidade, pode-se dizer que, nesses territórios sacrificados, várias opressões socioecológicas se juntam nos corpos das mulheres. Ou, em outras palavras, somam-se a política dos corpos, a partir do feminismo, à ecologia política dos territórios.

Hoje, em um novo contexto da Covid-19, podemos dizer que, assim como acontece com as mulheres indígenas, camponesas e empobrecidas pelos desastres climáticos e o extrativismo, as pessoas pobres, afrodescendentes, indígenas, migrantes ou latinas são as mais expostas e, portanto, com maior risco de contrair a doença e morrer. Mas, ao mesmo tempo, pelas próprias condições econômicas e sociais de marginalidade, elas são as mais atingidas pelas consequências econômicas da pandemia.

Soluções para gerar mais expropriação

Ao longo da história, o capitalismo exigiu a distinção de raças – e onde ela já existia, exacerbou-a ou teve que implementá-la – assim como a distinção entre gêneros e a condição de pobreza. Dessa forma, tem a justificativa para explorar os povos do Sul, os migrantes, as mulheres e milhões de trabalhadores.

A nova fase do capitalismo globalizado, financeiro e digital foi atingida por crises recorrentes – ambientais, financeiras, sociais – que, por sua vez, provocam crises de acumulação. Para tentar resolver essas crises, os capitalistas inventam mais mercados e novas mercadorias com base em ciclos e funções da natureza, e novas fronteiras para implementar seus novos negócios.

Para isso, também foi concebido o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, e todas as linhas e tramas desenvolvidas a partir dele. Uma delas é a das “Soluções Baseadas na Natureza”, para tirar ainda mais proveito das crises ambientais e climáticas, na forma de um conluio entre as transnacionais da conservação, o setor financeiro e as empresas. Mas o mesmo aconteceu com os mecanismos de compensação de carbono, de biodiversidade, de água e outros. O MDL e o REDD, por exemplo, já eram “soluções baseadas na natureza”.

Como produto comercial e financeiro, as SBNs são um passo a mais rumo à economia verde, e também um pouco mais sofisticado. Inserem a natureza de forma utilitária em seu discurso, usam amplamente os meios informatizados para o controle de territórios e para suas transações ultrarrápidas, e criam mercadorias ainda mais indisciplinadas. Mas continuam, de forma ultrajante, a empregar a suposta linguagem inclusiva de forma enganosa com mulheres, povos indígenas e agora, trabalhadores.

Percebe-se que estão apelando a que, com “a mulher **aliada** à natureza”, é possível um melhor enfrentamento às mudanças climáticas, ou que a natureza é quem agora **contrata**, como se intitula o documento publicado pela OIT (1) em conjunto com o WWF, em outubro de 2020, cuja capa mostra uma mulher, negra e trabalhadora, em meio a uma natureza manejada na África do Sul.

Não é por sorrir amplamente enquanto faz seu *green job* (“emprego verde”) que ela deixa de ser apenas mais uma mulher trabalhadora – certamente explorada em um trabalho pago por produção e mal remunerado. O capitalismo exige que as mulheres, mal remuneradas ou nem remuneradas, mulheres do Sul, trabalhem agora para o capital verde.

As Soluções Baseadas na Natureza geram empregos como os de cuidar do carbono nas árvores das florestas tropicais ou cozinhar para esquadrões de homens que cortam madeira balsa no Equador, que será usada na China, no *green job* de construir pás para turbinas eólicas que também são fabricadas com metais, os quais vêm de áreas onde as mulheres são violentadas e têm que ir cada vez mais longe em busca de água potável e lenha para ter

energia em casa – recursos extraídos por empresas que dizem compensar seus danos com essas mesmas Soluções Baseadas na Natureza.

A natureza como um sujeito em si

Embora seja uma ferramenta muito útil para observar a conjunção de várias opressões, a interseccionalidade é insuficiente quando se observa a complexidade das novas formas de capitalismo verde. Sendo assim, devem-se ampliar os sujeitos. Então por que não incluir a natureza como um sujeito de direitos? Assim poderemos observar as opressões não apenas sobre os seres humanos, mas também sobre os seres não humanos.

A natureza também é explorada, coisificada, feminilizada, racializada e transformada em uma trabalhadora explorada que produz recursos, bens e serviços ambientais. Está claro que existe uma simultaneidade de opressões de mulheres, povos indígenas, pequenos agricultores, trabalhadores e também da natureza. Na verdade, não podemos – não devemos – falar da história do patriarcado, da sociologia do trabalho ou da essência do racismo sem levar em conta a natureza como um sujeito desse processo.

Com o capitalismo verde e suas típicas soluções baseadas na natureza, vemos que o conceito de interseccionalidade ganha um novo significado. Qualquer análise feita a partir de um único eixo de discriminação (seja ele étnico, de gênero ou de situação social) oculta a natureza do contexto, reduzindo a análise a experiências identitárias isoladas do território em que ocorrem essas discriminações.

Dessa forma, a partir de uma interseccionalidade diversa, e diante da discriminação dos sujeitos corpo-território, poderemos compreender melhor a relação entre opressores e explorados no capitalismo e, assim, avançar na defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e dos direitos da natureza.

Ivonne Yáñez
Acción Ecológica, Equador

(1) ILO. WWF. NATURE HIRES: How Nature-based Solutions can power a green jobs recovery. Outubro de 2020. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--ed_emp/documents/publication/wcms_757823.pdf

Empresas de alimentos e agronegócio vendem um golpe mortal



Foto da campanha do Salve a Selva "Verificação: O óleo de palma Nestlé não é sustentável"

Depois de anos sem nada fazer para avançar em direção às metas estabelecidas pelo Acordo de Paris de 2015, já comprometidas, dezenas de grandes empresas poluidoras estão prometendo poluição “líquida zero”. Essas promessas visam principalmente atender às necessidades dos atores financeiros que investem nessas empresas em termos de relações públicas. O que está no centro dessas promessas são as compensações, e não a redução de emissões de gases de efeito estufa. E atualmente, quase todas as compensações estão escondidas sob a mais recente marca comercial da lavagem verde: as “soluções baseadas na natureza”, que correm o risco de gerar uma enorme apropriação de terras, com impacto sobre florestas e terras agrícolas, principalmente no Sul global. Empresas de alimentos e agronegócio são os principais atores nesse golpe mortal.

As grandes corporações são, sem dúvida, o principal obstáculo para uma ação significativa sobre a crise climática. Esses atores todo-poderosos passaram as duas últimas décadas sabotando o consenso científico, bloqueando legislações importantes e fazendo lavagem verde em suas próprias responsabilidades. Desde a assinatura do Acordo de Paris, em 2015 – com seu compromisso voluntário pouco convincente de manter o mundo em um aquecimento 1,5 °C, ainda desastroso, e sua promessa de soluções baseadas no mercado – poucas empresas têm feito o mínimo necessário para divulgar suas emissões, muito menos tomar medidas para reduzi-las.

As empresas de alimentos e agricultura têm alguns dos piores desempenhos. O último relatório do IPCC estima que o sistema alimentar é responsável por até 37% de todas as emissões globais de gases de efeito estufa. Isso não impediu que essas empresas recebessem bilhões de dólares de corporações financeiras globais, incluindo aquelas que se dizem comprometidas com o investimento responsável.

Não passa um dia sem o anúncio de uma iniciativa empresarial ou uma promessa de atingir emissão “líquida zero” até 2050. Essas iniciativas e promessas de zerar as emissões dependem de compensações, que atualmente estão escondidas atrás da eufemística expressão “soluções baseadas na natureza”. Ao mesmo tempo, muitas dessas corporações

estão fazendo lobby contra a intervenção do governo no financiamento de empresas poluidoras, insistindo em que, de alguma forma, elas estão em melhor posição para decidir como deve ser alocado o investimento em soluções climáticas. Essa lavagem verde por parte das empresas, tão profundamente baseada nas compensações, está se tornando ainda pior do que os tempos da negação climática.

O plano “líquido zero” da Nestlé envolve compensações

A BlackRock é a maior e mais influente acionista mundial de empresas de combustíveis fósseis e do agronegócio. Apesar de sua profunda integração com os piores vilões do clima no mundo, a BlackRock reformulou sua imagem para se apresentar como líder da ação climática, e “espera que as empresas expliquem de que forma estão trabalhando para um cenário no qual o aquecimento global esteja limitado a bem menos de 2 °C, coerente com uma aspiração global de atingir emissão líquida zero de gases de efeito estufa (GEE) até 2050”. No âmbito das promessas de “emissão líquida zero”, as empresas passaram a se referir coletivamente às compensações como “soluções baseadas na natureza”.

Uma das corporações nas quais a BlackRock tem grandes investimentos é a Nestlé, a maior empresa de alimentos do mundo e uma das piores emissoras de gases de efeito estufa fora do setor de energia. **A BlackRock é sua maior acionista** e, apesar da enorme pegada climática da Nestlé, esta se enquadra facilmente nas ações que a BlackRock “espera” das empresas em que investe. Em dezembro de 2020, a Nestlé lançou seu “Plano para Emissão Líquida Zero”, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 50% até 2030 e zerar as emissões líquidas até 2050. A maioria dessas emissões ocorre nos fornecedores de produtos lácteos, carne e *commodities* agrícolas (café, óleo de dendê, açúcar, soja, etc.). As emissões anuais da Nestlé relativas a essas atividades de fornecimento são quase o dobro das emissões totais de seu país de origem, a Suíça.

O plano climático da Nestlé não inclui redução nas vendas de alimentos à base de laticínios, carnes e outras *commodities* agrícolas de alta emissão. Ao contrário, **seu plano climático é baseado em uma projeção de crescimento de 68% no fornecimento tanto de laticínios e produtos da pecuária quanto de *commodities* agrícolas entre 2020 e 2030.**

Parte do plano da Nestlé para alcançar isso é um compromisso de investir 1,2 bilhão de dólares em “práticas de agricultura regenerativa” nos próximos dez anos. Para entender: a Nestlé pagou dividendos de cerca de 8 bilhões de dólares à BlackRock e a seus outros acionistas em 2020. Esses planos incluem desde acrescentar aditivos às rações e cortar o metano produzido por animais até introduzir práticas agrossilvícolas e manejo do solo nas plantações. No entanto, os mesmos permanecem pouco claros em relação a como os fornecedores irão implementar essas práticas, o que elas significam exatamente, e quem vai pagar para que isso aconteça.

Na ausência de qualquer plano sério para reduzir emissões, a Nestlé está apostando em compensações para salvar suas ambições sobre a “emissão líquida zero”. “Vemos um enorme potencial para a remoção das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera como forma de contrabalançar aquelas que não podemos reduzir diretamente,” diz a Nestlé em seu Plano.

O precursor das atuais “soluções baseadas na natureza” é o programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) da ONU, que não só

fracassou na redução do desmatamento ou das emissões nos últimos doze anos, mas também causou graves impactos nas comunidades locais, principalmente ao interromper seu acesso a terras agrícolas e florestas e contribuir para conflitos de terra.

Uma das primeiras promotoras do REDD+ foi a empresa suíça South Pole Group, que agora está trabalhando para a Nestlé em seu plano de compensação. A South Pole esteve à frente do enorme projeto Kariba REDD+, que cobriu 784.987 hectares no noroeste do Zimbábue. Esse projeto, estruturado para canalizar dinheiro por meio de várias empresas registradas em paraísos fiscais, não trouxe benefícios materiais às comunidades camponesas e, pior, impediu-as de acessar as terras de que dependem para produzir alimentos, caçar e coletar. Mas o projeto conseguiu proporcionar compensações à gigante francesa de energia Total para que ela conseguisse tornar seus embarques de gás natural liquefeito para a China “neutros em carbono”.

A Nestlé, uma compradora de compensações, pagou a South Pole pelo desenvolvimento de um modelo para “calcular o potencial de mitigação de fases de efeito estufa de terras agrícolas”. Ao mesmo tempo, A South Pole faz contratos com potenciais vendedoras de compensações, como a Miro Forestry do Reino Unido, que a contratou para certificar a absorção de carbono de suas enormes plantações de árvores na África Ocidental e ajudá-la a vender compensações. A South Pole, descrita como “uma das maiores negociantes de créditos de carbono”, é paga para fazer os cálculos para as empresas dos dois lados da contabilidade e, se tudo correr bem, organizar as transações.

A Nestlé estima que precisará compensar 13 milhões de toneladas de CO₂e por ano até 2030, uma quantidade quase do tamanho das emissões anuais de GEE de um país como El Salvador. Mas esse número pode ser ainda maior se os planos de “agricultura regenerativa” não se concretizarem. Embora não detalhe seus planos de compensação, a Nestlé já lançou projetos com base no plantio de árvores em locais onde adquire seus ingredientes – por exemplo, três milhões de árvores na Malásia, três milhões em locais fundamentais de fornecimento de *commodities* nas Américas, e uma área protegida na Costa do Marfim. Ao dizer que pretende remover GEEs da atmosfera “usando soluções naturais”, suas compensações anuais projetadas exigiriam o equivalente a zear ou plantar árvores em pelo menos 4,4 milhões de hectares de terras por ano.

Se o número cada vez maior de planos empresariais para “emissão líquida zero” for implementado, mesmo que apenas parcialmente, o resultado será em uma imensa apropriação de terras, florestas e territórios de Povos Indígenas e comunidades rurais no Sul global. Conforme um relatório recente da Via Campesina e de uma coalizão de ONGs e movimentos sociais, os robustos planos das empresas para zerar as “emissões líquidas” deixam claro que *“não há desejo nem ambição por parte das maiores e mais ricas do mundo de realmente reduzir as emissões. A expressão ‘lavagem verde’ não é suficiente para descrever esses esforços de ocultar o crescimento contínuo das emissões fósseis – os termos ‘ecocídio’ e ‘genocídio’ captam com mais precisão os impactos que o mundo enfrentará.’*

FOLU: A roupa nova da Yara e da Unilever

Um dos lobbies mais sofisticados e secretos de hoje em dia para as corporações de alimentos e agronegócio é a Coalizão para Alimentação e Uso da Terra (*Food and Land Use Coalition*, FOLU). Ela foi iniciada pela empresa norueguesa de fertilizantes Yara e a gigante

anglo-holandesa de alimentos processados Unilever – duas das maiores poluidoras climáticas no setor de alimentos e agricultura. Com o apoio do governo norueguês, também um dos piores poluidores climáticos do mundo, elas reuniram uma coalizão que agrupa os mesmos de sempre, envolvendo ONGs financiadas por empresas e associações empresariais. Hoje, a FOLU e os indivíduos e grupos que fazem parte dela são onipresentes nos fóruns internacionais que tratam do clima e da alimentação.

A agenda da FOLU está firmemente ancorada nos interesses de suas duas empresas fundadoras. A Unilever, a maior compradora mundial de óleo de dendê, há anos promove esquemas de certificação – principalmente a Mesa Redonda do Óleo de Dendê Sustentável – para dar a si própria uma fonte “sustentável” de uma *commodity* agrícola que é fundamentalmente insustentável. A Yara, como maior produtora mundial de fertilizantes à base de nitrogênio, um produto que responde sozinho por uma em cada 50 toneladas de emissões globais de GEE produzidas pelos seres humanos, liderou uma campanha para reformular a imagem de seus fertilizantes e transformá-los em salvadores do clima. A Yara diz que seus fertilizantes permitiram que as pessoas produzissem mais alimentos em menos terra, salvando as florestas e resfriando o planeta.

Não é de surpreender, então, que a FOLU exija esquemas de certificação voluntários e uma produção agrícola mais eficiente, baseada em combustíveis fósseis, como as principais soluções para as emissões climáticas do setor de alimentos. Ela também transfere o foco para a redução do desmatamento tropical, não eliminando os combustíveis fósseis do sistema alimentar, e espera que isso seja pago por empresas que precisam de compensações para seus compromissos com zerar as emissões líquidas, descritos pela FOLU como “defender, com base nos negócios, um futuro de ‘emissão líquida zero’ baseadas na natureza”.

Yara e Unilever há muito estão unidas em seu desejo de manter e expandir a produção industrial de *commodities* agrícolas. Antes da FOLU, elas iniciaram a Aliança Global pela Agricultura Inteligente para o Clima – lançada em 2014. Essa aliança, cujos membros eram de perfil semelhante aos da FOLU, foi um fracasso em termos de ação climática, mas essa nunca foi sua intenção. A aliança foi concebida para bloquear esforços no sentido de promover soluções reais, como a agroecologia e a soberania alimentar, nos fóruns internacionais que tratam de alimentos, agricultura e clima.

A revolução climática não será financiada

As grandes empresas simplesmente não tomarão medidas que impeçam seus lucros, e lutarão contra quaisquer atores, sejam eles governos ou comunidades da linha de frente, que se colocam no seu caminho. Elas só mudarão quando forem forçadas, e não farão nem podem fazer parte da solução.

É particularmente importante não perder isso de vista no setor financeiro. Para financiar grandes empresas, são criadas corporações como a BlackRock, e até mesmo fundos de pensão são fundadas para este fim. Se for deixado em suas mãos, o dinheiro sempre irá fluir para essas empresas. Para acessar esse dinheiro, elas podem ter que fazer promessas de “emissão líquida zero” que envolverão grandes áreas de terra, como as “compensações baseadas na natureza”, mas isso não vai reduzir as emissões e terá um grande impacto sobre comunidades que em nada contribuíram para a crise climática. Não há vitória para as

peças nem para o clima se uma empresa financeira for pressionada a transferir sua participação acionária da Exxon para a Nestlé.

As soluções devem ser desenvolvidas e definidas por pessoas, e não por empresas. Quando se trata de alimentos e agricultura, os camponeses e outros pequenos produtores de alimentos já formularam uma visão de soberania alimentar e soluções para a crise climática que excluem totalmente essas grandes empresas. Não há lugar nessa visão para o Plano da Nestlé nem para as promessas ambientais vazias da BlackRock. O grande desafio é retomar o controle de fundos, recursos e governos que atualmente estão nas mãos das grandes empresas, para conter as verdadeiras causas do problema climático.

Temos que enfrentar, com clareza e solidariedade, o crescente tsunami de soluções empresariais baseadas na lavagem verde. As compensações devem ser rejeitadas integralmente, assim como qualquer esquema que lhes dê espaço, como as “soluções baseadas na natureza”.

GRAIN

www.grain.org

Leia mais sobre este tema na publicação da GRAIN [“Corporate greenwashing: “net zero” and “nature-based solutions” are a deadly fraud”](#)

Empresas entusiasmadas com a proteção florestal e o plantio de árvores, determinadas a proteger os lucros resultantes da extração de combustíveis fósseis



DesmoqUK

Ao longo dos anos, as empresas de petróleo, carvão mineral e gás destruíram grandes áreas de florestas e poluíram muitas outras, mas, de repente, dizem ter descoberto seu amor pelas florestas. Além disso, estão colocando essas florestas no centro de suas novas estratégias climáticas, depois de gastar décadas e bilhões de dólares para questionar qualquer relação entre os combustíveis fósseis e o aquecimento global. (1)

Por que a grande mudança? Vários fatores provavelmente influenciam. Em primeiro lugar, os governos estão cada vez mais inclinados a legislar para controlar as emissões de gases de efeito estufa oriundas da queima de combustíveis fósseis. Em segundo lugar, mais e

mais ações judiciais estão sendo movidas contra empresas de petróleo e carvão mineral por seu papel na mudança climática e na negação de que essa mudança esteja acontecendo. E os eventos climáticos extremos estão acontecendo com muito mais frequência e de uma forma que é mais difícil de ignorar.

Conseqüentemente, a indústria do petróleo começou a alterar sua estratégia de negação da questão climática. A nova linha é afirmar que a mudança climática é real, mas as florestas resolverão grande parte do problema. Não há necessidade de tanta pressa para eliminar gradativamente a queima de petróleo ou gás, dizem. Por que não apenas evitar que as florestas liberem carbono? Ou plantar mais árvores para absorver parte do dióxido de carbono que está se acumulando na atmosfera?

Falam de proteção da natureza enquanto embolsam lucros resultantes de sua destruição

Vejam o caso da empresa italiana de petróleo e gás Eni. Seu site agora inclui uma grande parte que descreve o “compromisso da empresa com a proteção das florestas”, exibindo imagens de florestas exuberantes e chamadas urgentes para a ação contra o desmatamento. Enquanto isso, a estratégia de longo prazo da Eni projeta que 90% de sua produção de energia até 2050 virá da queima de gás fóssil.

A petrolífera anglo-holandesa Shell também proclama seu entusiasmo pela natureza e, em particular, pelas florestas. “As soluções baseadas na natureza e a Shell” é o título de um vídeo que se encontra na página da empresa na internet, com o mesmo nome. Ele fala sobre como “a Shell está partindo da própria natureza”, “apoiando projetos de reflorestamento” e “protegendo florestas ameaçadas”. Essas atividades, afirma o vídeo, estão “ajudando nossos clientes a lidar com suas emissões”. Um mapa-múndi apresenta os projetos que receberam financiamento da Shell ou de seus clientes, que estão pagando um pouco mais para abastecer seus veículos com “combustível neutro para o clima”. A empresa diz que sua produção de energia baseada em petróleo já atingiu o pico, mas, assim como a Eni, planeja aumentar seus negócios com gás fóssil. Mais da metade de suas vendas de energia até 2030 serão de gás fóssil.

A petrolífera francesa Total quer extrair e transportar petróleo e gás através de uma região que é Patrimônio da Humanidade, na Falha Albertina, na África oriental, e destruir florestas de turfa ricas em carbono (junto com o carbono fóssil em depósitos de petróleo e gás que estão sob essas florestas) na região de Cuvette, na República do Congo. (2) A empresa criou as “Soluções Baseadas na Natureza Total” em 2019. Com um orçamento de 100 milhões de dólares (em 2019, a Total gastou 1,55 bilhão de dólares na exploração de combustíveis fósseis), a nova unidade “tem a tarefa de financiar, desenvolver e gerenciar projetos de sequestro de carbono e redução de emissões de gases de efeito estufa.” E a Fundação Total “fez da preservação e da restauração florestal um foco importante de seu programa”, enquanto a empresa Total planeja gerar 85% de suas vendas de energia até 2030 a partir de petróleo ou gás fósseis.

Documentos obtidos pela organização britânica Culture Unstained mostram que a empresa norueguesa de petróleo e gás Equinor (ex-Statoil) tem se oferecido para financiar projetos de plantio de árvores e proteção florestal, se isso abrir a possibilidade de patrocinar a próxima conferência climática da ONU na Escócia, planejada para novembro de 2021. (3) Em 2018, a Equinor escreveu que estaria pronta para investir em projetos de carbono

florestal “quando a evolução do mercado estivesse mais clara”. Parece que o governo do Reino Unido está se preparando para proporcionar essa clareza. Notas de uma reunião entre funcionários do governo do Reino Unido e representantes da Equinor, em maio de 2020, confirmam que o governo pretende usar sua posição como anfitrião da reunião climática da ONU para levar a cabo uma decisão de criar “mercados de carbono consistentes, que desbloqueiem o financiamento privado para mitigação, inclusive com o uso de soluções baseadas na natureza”.

Os documentos obtidos pela Culture Unstained mostram que funcionários do governo do Reino Unido também se encontraram com representantes da BP e da Shell. (3) E a BP está se preparando para o surgimento desse mercado de carbono: sua subsidiária BP Ventures comprou uma participação majoritária na maior empresa de desenvolvimento de compensação de carbono florestal com sede nos Estados Unidos, a Finite Carbon, em dezembro de 2020. (4)

As “não soluções” das empresas causarão uma imensa concentração de terras e servirão de combustível ao caos climático

Como as empresas de petróleo não têm intenção de reduzir drasticamente a extração de carbono fóssil no futuro próximo, suas “não soluções” baseadas na natureza – se implementadas – exigirão imensas áreas de floresta e terras plantadas com árvores como instalações empresariais de armazenamento de carbono. A unidade de Soluções Baseadas na Natureza da Total buscará projetos para armazenar pelo menos cinco milhões de toneladas de emissões de CO₂ da empresa **anualmente**, a partir de 2030. A Shell anunciou o aumento da compra de compensações de carbono, incluindo projetos de plantio de árvores e conservação florestal, para 120 milhões de toneladas **por ano** em 2030; a Eni está contando com as florestas para armazenar 40 milhões de toneladas de suas emissões de dióxido de carbono anualmente a partir de 2050 (e seis milhões de toneladas anuais a partir de 2024). E isso é a demanda por terras de apenas umas poucas empresas de petróleo, para usar na compensação de carbono. Nesse meio tempo, mais de 1.500 grandes corporações prometeram se tornar neutras em carbono, e empresas como Nestlé e Unilever, ou companhias de tecnologia como Microsoft e Google e outras poluidoras, por exemplo, a indústria da aviação, também estão exigindo terras para armazenar carbono acima do solo.

Os números, portanto, sugerem que essa não solução empresarial baseada no controle da natureza se tornará uma grande ameaça à soberania alimentar das comunidades e seu controle sobre seus próprios territórios no Sul global, porque cercará áreas de floresta e terras para plantar árvores em grande escala.

A indústria da conservação apresenta a natureza como solução para as empresas poluidoras

As grandes empresas têm recebido muita ajuda de importantes grupos conservacionistas na elaboração dessa mais recente “não solução” empresarial para as mudanças climáticas. Em 2009, grupos de conservação, incluindo The Nature Conservancy, Conservation International e IUCN, estavam discutindo maneiras de transformar o carbono armazenado nas áreas florestais protegidas sob sua gestão em dinheiro para suas organizações. A partir dessas discussões, surgiu a ideia das “soluções baseadas na natureza” (consulte o artigo nesta edição do boletim).

A proposta envolve cercar florestas e terras plantadas com árvores, declarando-as instalações empresariais de armazenamento de carbono acima do solo, e negociar o carbono armazenado nelas como compensação por extrair mais carbono fóssil de depósitos subterrâneos de petróleo, gás e carvão.

Portanto, vamos lembrar o raciocínio falso por trás da ideia da compensação, que parte da visão de que o dano causado pela poluição ou destruição em um lugar pode ser revertido ao se evitar a poluição ou a destruição que ocorreria em outro lugar.

Veja o exemplo dos projetos de carbono florestal, que também costumam ser chamados de compensações de REDD.

Uma empresa de conservação, com fins lucrativos e com sede em um país industrializado, como a Wildlife Works Carbon, ou uma organização de conservação, como a The Nature Conservancy (TNC), afirma que, sem a sua intervenção, uma floresta teria sido destruída. É importante notar que nenhum projeto de REDD tem como foco uma floresta realmente ameaçada de destruição por, digamos, expansão de plantações industriais de dendê ou soja ou extração industrial de madeira. Tampouco há projetos de REDD localizados onde empresas de combustíveis fósseis planejavam extrair petróleo, carvão ou gás de depósitos subterrâneos de carbono. Quase sem exceção, os proprietários de projetos de compensação identificam a agricultura camponesa, a “pressão populacional” e a agricultura itinerante como supostas causas do desmatamento, e assim, a ameaça identificada deve ser evitada pelo projeto de REDD. Na realidade, isso significou fragilizar e controlar as práticas da pequena agricultura e falar mal e restringir a agricultura itinerante. (6)

As histórias a partir das quais os projetos de compensação calculam sua economia de emissões (a suposta ameaça de desmatamento que foi evitada) é sempre hipotética, pois não há como saber o que teria acontecido com a floresta sem o projeto. Estudos sugerem que muitos projetos de compensação de REDD e plantio de árvores, se não a maioria, superestimam as emissões que supostamente evitaram. (7)

As emissões das petroleiras, ao contrário, são reais. E essa é uma combinação arriscada para o clima.

O resultado é que as emissões da queima de combustíveis fósseis continuam se acumulando e aquecendo o planeta. Ainda assim, clientes e governos pressionados por lobistas da indústria do petróleo são levados a acreditar que os danos climáticos dessas emissões foram resolvidos.

O caos do ciclo do carbono

As compensações envolvendo a conservação da floresta e o plantio de árvores também confundem dois ciclos de carbono que têm impactos muito diferentes sobre o clima. O carbono que está na árvore faz parte de um ciclo de movimentação muito mais rápido do que o carbono armazenado em depósitos subterrâneos de petróleo, gás ou carvão. Esses estoques subterrâneos são feitos de carbono fóssil, ou seja, aquele que está preso nesses depósitos há milhões de anos. Em comparação, mesmo as florestas antigas armazenam carbono apenas por algumas centenas a milhares de anos antes de liberá-lo novamente na atmosfera quando as árvores se decompõem. Nas plantações industriais, as árvores costumam ser cortadas depois de apenas sete anos.

Portanto, de uma perspectiva climática, o carbono subterrâneo e o carbono que está acima do solo não são a mesma coisa. Um deles (o carbono fóssil) fica trancado com segurança por milênios – a menos que as empresas perfurem poços de petróleo e cavem minas de carvão. O outro (carbono na vegetação) sempre fez parte do ciclo que está moldando o clima, mas nunca a ponto de causar o caos climático, como faz a adição de mais carbono fóssil.

O REDD como precursor

Foi na conferência climática da ONU em 2019 que Shell, BP e outras se juntaram ao lobby dos mercados de carbono e a grandes grupos conservacionistas como a TNC – também chamada de “indústria” de conservação - para lançar um mercado para o que chamaram, na época, de “soluções naturais para o clima” (hoje rebatizadas de “soluções baseadas na natureza”). (5)

Sejam quais forem as palavras usadas (“descarbonização líquida zero”, “neutro para o clima”, “neutro em carbono”, elas são apenas outras expressões muito usadas para soluções empresariais baseadas na natureza), essas iniciativas das empresas têm uma coisa em comum: a determinação da indústria do petróleo de continuar destruindo depósitos de carbono subterrâneos por décadas.

Seus planos de extração de longo prazo mostram que, para Shell, Eni, Equinor, Total, Exxon, BP e sua indústria, “descarbonização” significa que elas continuarão extraindo e queimando carbono fóssil para produzir energia e liberar mais dióxido de carbono na atmosfera – o que está fazendo com que o clima mude rapidamente. O cercamento de áreas baseado na natureza apenas dá uma cobertura perigosa para essa destruição ([Boletim 247](#)).

Assim como o cercamento de florestas para transformá-las em instalações de armazenamento empresarial de carbono acima do solo por meio de REDD, essa mais recente lavagem verde da extração de carbono fóssil também corre o risco de privar inúmeras comunidades de pequenos agricultores e povos da floresta de seus meios de subsistência. (6) Embora REDD signifique Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, os projetos e programas de REDD nunca tentaram reduzir o desmatamento em grande escala capitaneado por empresas – que continuou avançando sem que as iniciativas de REDD oferecessem obstáculos. Em vez disso, o REDD gerou restrições sufocantes às práticas da pequena agricultura, e à agricultura itinerante em particular.

O que começou 15 anos atrás como REDD agora foi expandido para “não soluções” empresariais baseadas na natureza, que incluem não apenas florestas, mas também manguezais, pastagens e solos no conjunto de instalações empresariais de armazenamento de carbono acima do solo. Por enquanto, as empresas petrolíferas que afirmam apoiar essa ideia mais recente estão financiando principalmente projetos de REDD já existentes. A Shell está comprando créditos de carbono, entre outros, do projeto REDD de Katingan na Indonésia e três projetos de REDD no Peru; a Eni está envolvida no projeto Luangwa REDD, em Zâmbia. A Total comprou créditos de carbono do projeto Kariba REDD Forest Protection, no Zimbábue, para seu primeiro embarque de gás fóssil líquido “neutro em carbono” em 2020. A BP se concentrou em projetos de carbono florestal administrados pela empresa

americana de compensação de carbono Finite Carbon, que adquiriu recentemente. Durante seu primeiro empreendimento em compensações de carbono florestal, a BP investiu no projeto de conservação de carbono florestal Noel Kempff, na Bolívia, administrado pela The Nature Conservancy.

Foi demonstrado que esses projetos de compensação de carbono superestimam a economia de emissões que estão vendendo como créditos ou causam conflitos e restringem as práticas dos pequenos agricultores e o uso da floresta pelas comunidades – ou ambos. (8) Ao apoiar projetos de REDD como esses, grupos conservacionistas ajudaram a direcionar o foco do discurso do desmatamento à agricultura camponesa – e tirá-lo da destruição da floresta impulsionada pelas grandes empresas que tão generosamente doam dinheiro para suas organizações. (9) Por meio de seu apoio às compensações que usam “soluções baseadas na natureza” implementadas pelas empresas, esses mesmos grupos agora estão do lado da indústria do petróleo para atrasar a redução da queima de combustíveis fósseis.

Em suma, para empresas de petróleo com poucas intenções de renunciar aos lucros do extrativismo de carbono fóssil na escala e com a velocidade necessária para reduzir o risco do caos climático, essas “não soluções” empresariais baseadas na natureza são um típico golpe de relações públicas. Não sejamos enganados pela mais recente ilusão promovida pelas indústrias do petróleo e da conservação. Elas inevitavelmente apoiarão algumas iniciativas verdadeiramente comunitárias de conservação florestal. Haverá a mesma promessa incansável do REDD: de que qualquer “problema” pode ser resolvido por meio de melhor fiscalização, padrões de certificação, monitoramento mais rigoroso das políticas de salvaguarda, e mais participação da comunidade. Esses esforços não tratam da raiz do problema: o perigo das soluções empresariais baseadas na natureza não surge da má implementação (embora isso também aconteça), e sim do fato de que essa “não solução” desencadeia uma intensa apropriação de terras e desvia a atenção da necessidade urgente de acabar com a destruição de depósitos subterrâneos de petróleo, gás e carvão mineral por parte de empresas.

Jutta Kill

Membro do Secretariado do WRM

(1) Só nos últimos cinco anos, Exxon Mobil, Shell, BP, Total e Chevron gastaram mais de 1 bilhão de dólares em lobby contra a legislação climática que colocaria em risco seus lucros com a queima de combustível fóssil. O site do grupo Climate Investigation Center, dos Estados Unidos, contém um grande acervo de documentos que mostram a história do financiamento do negacionismo climático por empresas de petróleo:

<https://climateinvestigations.org/category/climate-deniers/>. Veja, também, *The Problem with Big Oil's Forest Fever*, de Phoebe Cooke. <https://www.desmog.co.uk/2020/07/06/big-oil-forest-fever> e InfluenceMap report 2019: *How the oil majors have spent \$1Bn since Paris on narrative capture and lobbying on climate*. <https://influencemap.org/report/How-Big-Oil-Continues-to-Oppose-the-Paris-Agreement-38212275958aa21196dae3b76220bddd>

(2) *Anatomy of a 'Nature-Based Solution': Total oil, 40,000 hectares of disappearing African savannah, Emmanuel Macron, Norwegian and French 'aid' to an election-rigging dictator, trees to burn, secret contacts, and dumbstruck conservationists*, de Simon Counsell. Abril de 2021. <https://redd-monitor.org/2021/04/16/anatomy-of-a-nature-based-solution-total-oil-40000-hectares-of-disappearing-african-savannah-emmanuel-macron-norwegian-and-french-aid-to-an-election-rigging-dictator-trees/>

(3) *Docs Show Equinor Pushing 'False Solutions' to Climate Change While Lobbying UK Government on COP26*, de Phoebe Cooke, DESMOG UK. Outubro de 2020. <https://www.desmog.co.uk/2020/10/01/docs-show-equinor-pushing-false-solutions-climate-change-while-lobbying-uk-government-cop26> Os documentos obtidos por meio de legislação sobre Liberdade de Informação feitas pela organização Culture Unstained estão disponíveis em <https://cultureunstained.org/bigoilpushertosponsorcop/>.

(4) The company statements can be found at: Eni: <https://www.eni.com/en-IT/low-carbon/forest-protection-conservation.html> ; Shell: <https://www.shell.com/energy-and-innovation/new-energies/nature-based-solutions.html> ; Total: <https://www.total.com/group/commitment/climate-change/carbon-neutrality> ; Equinor:

<https://www.equinor.com/en/news/conf.html> ; BP:

<https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/press-releases/bp-acquires-majority-stake-in-largest-us-forest-carbon-offset-developer-finite-carbon.html> ; the NGO Client Earth has collected misleading energy company advertising at www.greenwashingfiles.com.

(5) Lançado na COP25, o Mercados para Soluções Climáticas Naturais da IETA é uma lavagem verde para a indústria do petróleo. REDD-Monitor, 11 de dezembro de 2019. <https://redd-monitor.org/2019/12/11/launched-at-cop25-ietas-markets-for-natural-climate-solutions-is-greenwash-for-the-oil-industry/>

(6) Para ler mais: 10 coisas que as comunidades devem saber sobre REDD. <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/> ; REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras. https://wrm.org.uy/pt/files/2015/04/REDD-Uma_Colecao_de_conflitos_contradicoes_e_mentiras.pdf; Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/como-os-projetos-de-redd-prejudicam-a-agricultura-camponesa-e-as-verdadeiras-solucoes-para-as-mudancas-climaticas/>

(7) Veja, por exemplo: West, T. et al. 2020. *Overstated carbon emission reductions from voluntary REDD+ projects in the Brazilian Amazon*. <https://www.pnas.org/content/117/39/24188>; Scott, D. F. et al. 2016. *The virtual economy of REDD+ projects: does private certification of REDD+ projects ensure their environmental integrity?* *International Forestry Review*, 18(2):261-263; SSNC 2013. *REDD Plus or REDD 'Light'? Biodiversity, communities and forest carbon certification*. <http://redd-monitor.org/wp-content/uploads/2013/02/REDD-plus-or-REDD-light130121.pdf> . *Veja, também*, ReCommon 2016: *The Kasigau Corridor REDD Project in Kenya. A Crash Dive for Althelia Climate Fund*. <https://counter-balance.org/uploads/files/Reports/Flagship-Reports-Files/2017-The-Kasigau-Corridor-REDD-Kenya.pdf> e <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P160320?lang=en&tab=overview>.

(8) Consulte redd-monitor.org para relatórios sobre esses projetos de REDD.

(9) *Veja, por exemplo: How big donors and corporations shape conservation goals*, de Jeremy Hance. *Mongabay*, 3 de maio de 2016. <https://news.mongabay.com/2016/05/big-donors-corporations-shape-conservation-goals/> e *A Challenge to Conservationists*, de M. Chapin. <https://redd-monitor.org/wp-content/uploads/2019/03/WorldWatch-Chapin.pdf>

‘Soluções Baseadas na Natureza’ e o Controle Territorial Corporativo: um consenso forjado



Não é nenhuma novidade que a apropriação da questão ambiental pelos estados e o mundo corporativo tem resultado na invenção de conceitos capazes de serem aparentemente benignos que reivindicam as melhores intenções, mas com função: servir aos interesses corporativos e justificar intervenções e controle de territórios nos países do Sul. O conhecimento dominante levada adiante por *experts* de países do Norte, que se afirma como neutro e universal em torno da questão ambiental, articulados com os interesses corporativos e políticos do Norte e do Sul, dissemina uma determinada forma de perceber a ‘natureza.’ Aquele conhecimento dominante estabelece qual é o problema, o que deve ser feito para resolvê-lo e quem são os responsáveis. O resultado dos discursos sobre uma natureza externa, indômita ou fora do controle que exige o conhecimento de especialistas

para dominá-la, tem sido políticas fundamentadas na lógica de mercado e na possibilidade de compensação de emissões e destruição.

É nesse contexto, também caracterizado pela ausência de compromissos em torno da necessidade de interromper a expansão da indústria extrativa, historicamente conhecida por gerar não apenas emissões de CO₂, mas crimes ambientais e violações de direitos humanos, que surge a noção de 'soluções baseadas na natureza' (SBN). As principais interessadas, que para tanto contam com um arcabouço legislativo, financeiro e ideológico do Estado: grandes petrolíferas como a Shell, Chevron BP, Petrobras, e mineradoras como BHP Billiton, Rio Tinto, Glencore e a Vale.

Conceito frequentemente utilizado por diferentes atores, com distintos significados, incluindo propostas que vão desde mecanismos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) à tecnologia de captura e armazenamento de carbono e outras geoengenharias (1), a noção de SBN foi introduzida no 'vocabulário ambiental' pela organização conservacionista, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em 2016. Avançou até ser incorporadas na linguagem de diversas organizações e convenções das Nações Unidas. O acordo de Paris de 2015, por exemplo, que não define uma meta de redução de emissões em especial para os setores de energia e transporte, estabelece a possibilidade de garantir "um equilíbrio entre emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros" na segunda metade deste século (2). Essa linguagem deu origem ao conceito de 'zero emissões líquidas' afirmando que o sequestro de carbono será capaz de compensar as emissões dos combustíveis fósseis.

Em 2012, a Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial, introduziu o uso da compensação para assegurar o *no net loss* (sem perda líquida) da biodiversidade. Desde então a instituição vem promovendo a compensação pela perda da biodiversidade, que "não só pode como deve, resultar em um impacto líquido positivo". Para tanto, argumenta-se que a compensação de biodiversidade – resultados mensuráveis de conservação de ações elaboradas para compensar os impactos adversos significativos na biodiversidade dos projetos - deve seguir o princípio de "igual por igual ou melhor". As compensações devem conservar os mesmos valores de biodiversidade que estejam sendo impactados pelo projeto (3). Como se isso fosse possível...

Apropriação Corporativa: o caso da Mineração

Um setor corporativo que merece destaque nessa discussão, além das empresas de petróleo, que busca se legitimar e expandir as suas fronteiras de acumulação e de controle territorial a partir do discurso da sustentabilidade, é o da mineração. Temos visto a indústria incrementando investimentos em as chamados SBN para compensar a extração continuada de 'recursos naturais'. A Vale, segunda maior mineradora do mundo (atrás apenas da BHP Billiton) e líder na produção de minério de ferro, por exemplo, se comprometeu em investir pelo menos US\$ 2 bilhões para reduzir em 33% as emissões de carbono da empresa até 2030 como parte do seu compromisso de se tornar 'carbono neutra' até 2050 e buscar o Impacto Líquido Neutro (*No Net Loss*) sobre a biodiversidade a longo prazo. Ser 'carbono neutra' significa calcular o total das emissões, reduzir uma parte e balancear o restante das emissões através de projetos de compensação (4).

Essas ações tornam-se fundamentais como estratégia de legitimação da Vale quando são utilizadas para afirmar que compensam os impactos negativos das atividades de extração,

exploração e transporte da mineração. “Protegemos e ajudamos a proteger, uma área aproximadamente 6 vezes maior do que a área ocupada por nossas operações” afirma a gigante que argumenta que “há décadas a Vale vem protegendo a floresta Amazônica, enquanto opera a maior mina de minério de ferro do mundo”. A empresa defende que enquanto praticamente toda a área ao redor das suas operações na mina de Carajás no Pará foi desmatada nos últimos 30 anos, apenas a área que a Vale “ajuda a proteger” permaneceu intacta. Essa mesma Vale já foi denunciada por gerar conflitos em diversos países como Malásia, Moçambique, Papua-Nova Guiné, Argentina, Colômbia, Peru e Canadá (5). No Brasil, além de projetos conflituosos como o Programa Grande Carajás nos estados do Pará e Maranhão no Brasil (a floresta Amazônica que afirma proteger), a empresa é responsável pelo rompimento da barragem Mina do Feijão em Brumadinho, três anos após o rompimento da barragem do Fundão que destruiu uma área equivalente a Portugal, no Brasil.

A barragem do Fundão é da mineradora Samarco, da qual a Vale é uma das donas em parceria com a BHP Billiton. Estamos há cinco anos do desastre e nenhuma das ações de reparação voltada para o grupo de atingidos composto por agricultores, lavadeiras, artesãos, pescadores e pescadoras, e pequenos comerciantes, foi concluída nem o meio ambiente foi restaurado. Matou 19 pessoas e destruiu a fonte de produção e reprodução de quase dois milhões de pessoas que vivem ao longo da Bacia do Rio Doce atingidas pelos 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro nos 39 municípios atingidos em Minas Gerais e Espírito Santo. O crime também foi caracterizado por racismo ambiental já que afetou, como afetam os projetos de desenvolvimento, de maneira desigual, a população negra da região: no distrito de Bento Rodrigues, por exemplo, que foi a área mais afetada pelos rejeitos, 84,3% da população é negra. Os responsáveis respondem em liberdade e estão livres da acusação de homicídio. Para piorar a situação, a BHP foi inocentada da queixa coletiva que incluiu cerca de 200 mil indivíduos, além de prefeituras, pequenas empresas e a comunidade indígena Krenak, no seu país de origem, a Inglaterra. O juiz entendeu que ação era “abusiva” e que não há jurisdição para julgamento do caso na Inglaterra. (6)

Abusivo, no entanto, é o fato de que a BHP também lucra da criação do mercado das SBN. Desde 2016 a BHP vem gerando produtos a partir da incorporação de justificativas ditas ambientais, quando, em parceria com a Conservation International (7), desenvolveu títulos florestais para financiar projetos de REDD, emitido pela primeira vez pelo IFC no valor de US\$ 152 milhões; e apoiou um projeto de REDD de 2008 gerido pela Conservation International (CI) no Peru. O projeto Alto Mayo, que envolve comunidades de mais de 5000 pessoas, foi denunciado por colonização de carbono, deslegitimando e violando os modos de vida tradicionais dessas comunidades que dependem do território onde se encontra a “floresta em pé”, que, “intocada” gera carbono e possibilidades lucrativas de compensação. (8) Mais recentemente, CI e BHP criaram a iniciativa Finance for Forests (F4f) para ampliar esses tipos de investimentos, envolvendo os maiores depredadores e poluidoras: as indústrias de petróleo e gás, mineração e aviação.

BHP também participa da iniciativa Markets for Natural Climate Solutions (NCS) liderada pela International Emissions Trade Association (IETA) que inclui a Chevron, BP, Shell, entre outras. Para essas corporações, as SBN são “uma das formas mais econômicas de gestão de Co2” e para atingir as metas do Acordo de Paris. No entanto, são também uma forma para ampliar o poder e alcance dos já problemáticos mercados de carbono.

SBN: para que nada tenha que realmente mudar

Com essas iniciativas, as empresas disseminam a noção de que as suas atividades são responsáveis pela proteção e criação de biodiversidade, e não a destruição. Garantem que o capitalismo extrativo não seja visto como causa do problema ambiental, mas do que seria a sua solução. Além de ocultar a raiz dos problemas, os conflitos, crimes e violações de direitos humanos sofridas pelas comunidades cujos territórios são fruto da interferência das empresas, afirmando a possibilidade de compensar estes estragos históricos com tecnologias e práticas perigosas, caras e impactantes, elas aumentam a sua já forte presença econômica, política e cultural e se legitimam perante a sociedade. Isso significa ampliar e aprofundar a grilagem e apropriação privada de terras e territórios e a violação da segurança e soberania alimentar de comunidades e povos que vivem e sobrevivem da sua relação com seus territórios.

As SBN supõe a construção da ideia de consenso: somos todos responsáveis pela crise ambiental, e sendo ‘todos’, ninguém de fato é. O “eco-consenso tecnogerencial mantém que, precisamos mudar radicalmente, mas dentro dos contornos do estado da situação atual [...] para que nada tenha que realmente mudar” no sistema capitalista (9). Os problemas não são resolvidos, mas deslocados para outro lugar. Retomam-se, assim, o discurso da sustentabilidade no uso dos recursos naturais, promovendo uma imagem de um setor corporativo preocupado e comprometido com o enfrentamento da mudança do clima e o combate à pobreza. O foco exclusivo da política ambiental em noções como ‘neutro em carbono’ ou ‘emissões ou impactos líquidos zero’, baseadas na lógica da compensação agora remarketeada a partir da ideia de que “nossa solução está na natureza”, representa uma percepção reducionista e despolitizada da problemática ambiental. Solução à que e para quem? E de que natureza estamos falando?

Focando na mensuração e contabilização e em ajustes tecnológicos como fim, esses processos representam mais um momento do capitalismo de se apropriar dos discursos críticos ao sistema, nesse caso da destruição ambiental, gerando novas fontes de acumulação e de legitimação. São processos elaborados e implementados por um diagrama de forças que envolve grupos científicos, o setor corporativo, governos, grandes organizações conservacionistas, instituições financeiras multilaterais e convenções e agências da ONU como a UNFCCC e a CBD -A estratégia agora não é mais negar a natureza impactante do extrativismo industrial, mas reconhecê-la, afirmando a possibilidade de compensação para sair adiante na corrida por ‘recursos ambientais.’

Está claro, no entanto, que não é possível compensar os impactos negativos do capitalismo extrativista. Mesmo se fosse, não tem terra suficiente no planeta para a quantidade de projetos sendo proposto. Essa terra, território, já é ocupado. Não é possível expandir a produção de combustíveis fósseis e da mineração, aumentar a produtividade do agronegócio, utilizando esses setores para combater a mudança climática ou garantir a proteção ambiental. O que temos visto na prática é a continuidade da priorização do modelo extrativista, da lógica da extração-exportação de *commodities*, de colonialidade e neocolonialidade, do racismo e patriarcado, que resulta na expropriação de corpos-territórios e de povos tradicionais, indígenas e camponeses, em especial nos países do Sul global. Um processo que gera novas configurações territoriais para permitir a intervenção, apropriação e uso dos territórios.

Portanto, é preciso refletir sobre as seguintes questões: Quais são os efeitos concretos desses processos sobre os territórios, modos de vida e a forma como percebemos e nos relacionamos com o meio ambiente? Que problemas estamos de fato tentando resolver quando falamos em ‘soluções baseadas na natureza’? Do meio ambiente da coletividade, das populações e povos que de fato o protegem e que nos mostram que outro modo de vida, não capitalista, é possível; ou do meio ambiente dos negócios, da morte e da destruição? A atual pandemia do coronavírus é mais um elemento para nos ajudar a responder isso...

Fabrina Furtado

Professora do Departamento Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

(1) Para mais informações ver: <https://www.geoengineeringmonitor.org/technologies/>

(2) UNFCCC. Paris Agreement. 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em dez. 2020, p.5

(3) IFC. Corporação Financeira Internacional Nota de Orientação 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos. 2019. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>

(4) VALE. Sustentabilidade. Carbono Neutro. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/sustainability/Paginas/carbono-neutro.aspx>. Acesso em nov. 2020.

(5) Articulação de Atingidos Pela Vale. Relatório de Insustentabilidade 2015. Disponível em: <https://atingidosvale.com/relatorios/insustentabilidade-da-vale-2015/>. Acesso: mar. 2021.

(6) Para mais informações ver o Movimento dos Atingidos por Barragens, <https://mab.org.br/tag/samarco/>

(7) CI. Conservation International – BP Alliance. 2021. Disponível em: <https://www.conservation.org/corporate-engagements/bhp-billiton>. Acesso em mar. 2021.

(8) Para mais informações ver REDD-Monitor, Carbon colonialism in the Alto Mayo REDD project in Peru. An interview with Lauren Gifford on Earth Watch, <https://redd-monitor.org/2020/07/03/carbon-colonialism-in-the-alto-mayo-redd-project-in-peru-an-interview-with-lauren-gifford-on-earth-watch/>

(9) SWYNGEDOUW, Erik. Apocalypse Forever? Post-political Populism and the Spectre of Climate Change. *Theory, Culture & Society*. SAGE, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore. Vol. 27, n. 2–3, 2010. p. 213–232. [p.3](#)

Os impactos das exclusões baseadas na natureza nos corpos-territórios das mulheres



Mulheres caiçaras da Juréia, São Paulo, Brazil, fazem artesanato com caixeta.
Foto: Paula Dib

As novas chamadas ‘Soluções Baseadas na Natureza’ possuem a mesma lógica das velhas falsas soluções baseadas no mercado e na Economia Verde. Neste texto procuramos compartilhar reflexões que nasceram de nossas conversas com as mulheres impactadas por projetos da Economia Verde no Vale do Ribeira (região sudeste do Brasil, entre os estados de São Paulo e Paraná) e no Acre (estado da região norte do país). Para compreender as formas de luta travadas por estas mulheres, é preciso antes reconhecer os conhecimentos e formas de se relacionar com a natureza delas. É através deste reconhecimento que partimos da análise para a prática, e construímos nossas alternativas e rotas de saída do labirinto.

As mulheres indígenas do Acre, onde há experiências consolidadas de REDD+ desde 2012 (1), expõe muito bem as contradições e tensões causadas no território com a chegada da Economia Verde. Elas não são informadas sobre os termos dos programas que chegam nos territórios - com termos difíceis e, muitas vezes, contratos em inglês - e nem tem lugar nas negociações, pois as grandes organizações que trazem estes projetos só tratam deste assunto com homens. Nas raras vezes em que as mulheres participam, precisam se desdobrar para levar também os filhos na reunião, e quando chegam até lá, não tem suas falas ouvidas e consideradas. Além de não terem voz nestes processos, as mulheres também demonstram que possuem uma lógica de relação com a natureza incompatível com os projetos de conservação. Em um intercâmbio sobre este tema, organizado pela WRM em parceria com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a SOF Sempre Viva Organização Feminista em 2019, elas demonstraram que compreendem muito bem a lógica por trás dos projetos, através da observação de como eles chegaram às comunidades.

Uma das participantes explicou que as contrapartidas oferecidas pelos projetos são ações que não tem relação com os modos de vida das comunidades, e que muitas vezes só servem para inseri-las no circuito do mercado capitalista e concentrar renda, desrespeitando as formas tradicionais de viver. Ela deu como exemplo um projeto que oferecia a construção de açudes para criação de peixes na comunidade. Criticando esta proposta, ela trouxe a

importância de manter na comunidade a ideia de que a vida depende do rio que passa em suas terras, até mesmo para que as pessoas continuem a protegê-lo e não permitam a entrada de megaempreendimentos que privatizem água na região.

As agricultoras do Vale do Ribeira participaram deste encontro e, ao voltar para seu território, explicaram para a comunidade o que aprenderam, a lógica da compensação: “É como se estivessem financiando uma pessoa aqui, para ficar bonito aqui, e eles poderem destruir tudo lá”, concluiu uma das quilombolas. “Temos que pensar de onde vem o nosso dinheiro, como isso limita o nosso jeito de trabalhar, se isso não está causando um mal em outro lugar”.

As mulheres que cuidam das florestas são ou invisibilizadas ou consideradas como provedoras de serviços na mesma lógica do que acontece com a natureza. Seu próprio corpo torna-se natureza apropriada. Como relata a pensadora Ana Isla (2), durante os anos 90, enquanto a Costa Rica se constituía como um paraíso de conservação e ecoturismo, crescia o cercamento das terras, a expulsão das comunidades e a exploração sexual de mulheres e meninas. Seu compromisso com o cuidado é instrumentalizado na forma de serviços que passam a ser apoiados porque potencializam serviços da natureza.

Mais recentemente, as grandes organizações que promovem este tipo de projeto estão introduzindo este termo novo “Soluções Baseadas na Natureza” para encampar os velhos projetos de compensação. A The Nature Conservancy (TNC) é um exemplo, dentre outros. Essa organização a rigor é uma ONG, mas se assemelha a grandes empresas transnacionais na forma como explora as comunidades em diversas partes do mundo. É importante aqui situar o fato de que, no Brasil, convivemos tanto com o avanço da economia marrom (representada pela mineração, pelo agronegócio e pelos mega empreendimentos) quanto com o avanço da Economia Verde, promovida por organizações como a TNC. Entendemos que ambas não têm naturezas distintas, e sim são faces opostas da mesma moeda: quanto maior o avanço da destruição, mais campo se abre para as iniciativas de compensação. Quanto mais a natureza se torna escassa, mais valor adquirem os títulos verdes que a comercializam segundo a lei da oferta e da demanda. Nesta equação, os territórios das comunidades e os bens comuns entram no mercado financeiro como lastro para estes títulos, e se tornam meros ativos.

Aqui, chamamos especial atenção para as ações que a TNC tem desenvolvido no Brasil em relação à disseminação e controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A Nova Lei Florestal, de 2012, institui o CAR como um de seus mecanismos. A partir de então, os territórios rurais do país precisam, por lei, ser georreferenciados e cadastrados no Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Foi também a partir deste marco que foi instituído na legislação o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e a Cota de Reserva Ambiental (CRA). Estas ações confluem em um mesmo sentido: permitir a compensação ambiental e a inserção das áreas conservadas no mercado.

Através de projetos que se dão principalmente nos estados do Pará (no bioma Amazônico) e Mato Grosso (no Cerrado), a TNC tem buscado acelerar o cadastro dos produtores a qualquer custo, inclusive disponibilizando um sistema próprio, chamado CARGEO, para os Estados que queiram utilizá-lo para levantar as informações e cadastrá-las no SiCAR. Através de parcerias com governos oferecem serviços como georreferenciamento por varredura dos imóveis rurais e elaboração de bases digitais georreferenciadas municipais. (3) Isso representa um poder desta organização sobre dados de competência das

comunidades e órgãos públicos, além de contribuir para que mais e mais áreas protegidas sejam inseridas no mercado da compensação.

A maquiagem lilás

Ao mesmo tempo, a TNC realiza ações que chamamos de maquiagem lilás. Vimos, pelos relatos das mulheres das comunidades atingidas por projetos de conservação, que na prática eles não trazem justiça nem autonomia para elas. Apesar disso, a pauta de gênero está presente em diversas ações e discursos da TNC. Em uma tentativa de mostrar uma suposta responsabilidade social, as mulheres são colocadas no centro dos projetos, como principais beneficiárias, organizam formações e articulam grupos femininos nas comunidades. No entanto, as principais ações da organização continuam sendo a promoção de modelos de relação com a natureza que são, em si, patriarcais e excludentes. Um exemplo paradigmático disso é o ciclo de formações sobre mineração que a TNC desenvolveu, principalmente para as mulheres das Ilhas Salomão. (4) Parte-se do princípio de que o problema é a falta de informação dentre as mulheres, e não o modelo extrativista. Como se ter informação sobre a destruição fosse capaz de impedi-la. A política da organização para as mulheres só vai no sentido de inseri-las nas soluções de mercado, (5) e não de tirar o mercado do centro da vida.

As agricultoras, quilombolas e caiçaras com quem convivemos no Vale do Ribeira estão em constante manejo das matas onde vivem. Cada vez que caminham entre suas plantas, ainda que não fosse esta a intenção inicial, elas arrancam folhas mortas, aproximam o caule do solo para criar raiz, enterram sementes e plântulas, combinando-as em enorme diversidade. Elas conhecem cada metro quadrado e em cada um, a uma observadora mais atenta, não passam despercebidas suas intervenções/interações. Em áreas próximas a suas casas o manejo que fazem da matéria orgânica é comum a muitas agricultoras que produzem um solo rico e estruturado.

Sua relação com a natureza, seu trabalho minucioso se opõe a práticas de conservação e restauração centradas em uma só espécie e em ganhos de escala, pois estas têm a mesma matriz de pensamento da agricultura industrial (cadeia de valor de uma espécie, escala e ausência de pessoas).

Um exemplo é Caixeta (*Tabebuia cassinoides*), árvore que se desenvolve em terrenos alagadiços da faixa litorânea da Mata Atlântica. Suas sementes são aladas e desenvolve brotações nas raízes. Sua madeira é utilizada na produção de artesanatos e instrumentos musicais (como a viola e a rabeca do fandango) pelas comunidades caiçaras. O fandango é uma tradição nestas comunidades do Vale do Ribeira: dança e música originalmente praticadas ao final dos mutirões de trabalho. Mas esta madeira também teve intenso uso industrial para a produção de lápis e palitos de dente. Junto a este uso intensivo estava a destruição de seu ecossistema pelo assoreamento de rios, alteração de regimes hídricos pela construção de barragens e açudes e o aumento de condomínios de luxo a beira mar. A extração da caixeta chegou a ser proibida em 1989, mas a pressão das comunidades caiçaras levou o governo do estado de São Paulo a definir, em 1992, que sua exploração ia depender da autorização pela Secretaria do Meio Ambiente. Em meados dos anos 2000, mulheres se reuniram na Associação de Jovens da Juréia para produzir artesanato em caixeta com desenhos de flores, plantas e animais da Mata Atlântica tendo bastante acolhida onde os ofereciam. No entanto a iniciativa teve de ser suspensa pela falta de autorização da Secretaria para a extração da caixeta por elas. A demora e até a não

autorização muito possivelmente se relacionam com a perseguição contra a comunidade do Rio Verde que insiste e renova, por meio da construção de casas por seus jovens, sua presença em seu território entendido pelo governo estadual como Estação Ecológica, área de uso bastante restrito que implica na expulsão e perseguição permanente de sua comunidade. (6)

Vale ainda destacar o exemplo da Juçara (*Euterpe edulis*). Esta palmeira de médio porte cresce no meio da Mata Atlântica em locais úmidos e sombreados e acaba sobressaindo-se acima da copa de outras árvores. Ela não se reproduz por brotação, apenas por sementes que em sua maioria se dispersam em curta distância. A Juçara encontra-se ameaçada pela destruição da Mata Atlântica. Também se estima que as mudanças climáticas e a extinção de aves dispersoras afetem a variabilidade genética e existência da espécie. No entanto, a grande preocupação dos órgãos de meio ambiente se concentra em sua extração ilegal para consumo do palmito Juçara. A extração do palmito Juçara é um crime ambiental com pena que chega a um ano de prisão e tem sido foco de tensão na relação entre órgãos públicos, incluída a polícia ambiental, e comunidades. Ainda que seja permitido o manejo por comunidades tradicionais são grandes a burocracia envolvida e os riscos de “mal entendido”. Aos poucos o “palmitreiro” foi virando uma ocupação especializada e por ser criminosa, associada à dinâmica de outros negócios do crime (tráficos de drogas, prostituição infantil) e à corrupção policial.

Recentemente, a Fundação Florestal, órgão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, foi atirar sementes de Juçara de helicóptero em um território quilombola, considerado área de reserva pelo Estado. O programa (7) fala em toneladas, milhares de hectares, e já esperam substituir o helicóptero por drones. É como se a boa intenção de repovoar a Juçara justificasse que cada metro quadrado minuciosamente cuidado pelas quilombolas recebesse uma chuva de algo como uma benção providenciada por técnicos que teriam mais conhecimento e poder do que elas. Os drones aprofundam o sentido de uma tecnologia sem pessoas, a chuva, de um território sem comunidade, uma reserva.

É a partir destes exemplos que o termo das “Soluções Baseadas na Natureza” deveria ser chamada “Exclusões Baseadas na Natureza” para representar esta forma de lidar com a natureza. Exclui-se as mulheres e todo seu conhecimento, as comunidades tradicionais, as formas de se relacionar com a natureza que não estão regidas pelo lucro e pela exploração, todos os diferentes jeitos de habitar a terra, entendê-la, simbolizá-la. Sobram o extrativismo, o avanço do capital sobre os bens comuns e a mentalidade de que, assim como as mulheres, a natureza é um ente que só serve para realizar os serviços que sustentam a exploração.

Miriam Nobre e Natália Lobo
SOF, Brasil

(1) Boletim WRM, O desmatamento na Amazônia e o dinheiro do REDD+ que continua chegando no Brasil, 2020. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-desmatamento-na-amazonia-e-o-dinheiro-do-redd-que-continua-chegando-no-brasil/>

(2) Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020. https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica_SOFweb-1.pdf

(3) The Nature Conservancy, CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR. Nasce a Identidade do Imóvel Rural. 2015. <https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/cadastro-ambiental-rural.pdf>

(4) The Nature Conservancy, Mining and Gender Inclusion. <https://www.nature.org/en-us/about-us/where-we-work/asia-pacific/asia-and-the-pacific-women-in-conservation/mining-and-gender-inclusion/>

(5) The Nature Conservancy, Women in Conservation.

<https://www.nature.org/en-us/about-us/where-we-work/asia-pacific/asia-and-the-pacific-women-in-conservation/gender-and-conservation/>

(6) Para maiores informações sobre o conflito que ameaça a comunidade caiçara do Rio Verde ver

<https://www.sof.org.br/escola-de-formacao-em-agroecologia-e-feminismo-e-tambem-solidariedade-com-as-caicaras/>

(7) CicloVivo, Uma tonelada de sementes é lançada em reserva, 2020.

<https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/uma-tonelada-de-sementes-e-lancada-em-reserva/>

O ataque dos cadetes do espaço: colônias em outros mundos, repressão racista e “soluções baseadas na natureza”



Finalmente, a crise ambiental global chegou para os homens mais ricos e poderosos do mundo. Mas isso não significa a mesma coisa para eles em comparação com a maioria das pessoas.

Vejamos os exemplos de Jeff Bezos (Presidente Executivo da gigante de comércio eletrônico Amazon), Elon Musk (CEO da fabricante de veículos elétricos Tesla), Larry Fink (CEO da maior gestora de ativos do mundo, a BlackRock), Mark Carney (ex-presidente do Banco da Inglaterra e do Banco do Canadá) e Bill Gates (cofundador da gigante de tecnologia Microsoft).

Para esses homens, crise ecológica não significa o aquecimento do planeta a um ritmo que ameace sua própria civilização. Não significa o declínio mundial dos insetos, que está comprometendo a subsistência humana, nem pandemias perigosas surgindo da agricultura industrial, do desmatamento e da globalização. (1) Tampouco significa a deterioração da vitalidade dos trabalhadores comuns, de quem os ricos têm roubado grande parte dos salários, benefícios e condições de vida nos últimos 50 anos.

Para esses homens, como capitalistas que são, a crise ecológica significa o efeito que ela tem sobre os investimentos. Crise ecológica significa rebelião popular, pois as maneiras de ganhar a vida vão sendo destruídas e os trabalhadores se cansam. Rebelião significa pressão sobre os governos para quem regulamentem e reprimam. E qualquer uma dessas coisas tem um custo. Pior, qualquer uma delas pode reduzir ainda mais a mão de obra que

os seres vivos podem ser induzidos a doar às grandes empresas para garantir lucros. Menos doações para empresas significam menos lugares para investimentos lucrativos.

Uma solução de ficção científica

Bezos e Musk (os dois homens mais ricos do mundo) têm uma solução inusitada e colorida para essa dificuldade. Se a catástrofe ambiental e os movimentos populares que dela decorrem se tornaram um problema para a acumulação de capital, devemos nos deslocar para o espaço sideral. Devemos fazer mineração na lua e nos asteroides, devastar Marte ou instalar os habitantes da Terra em colônias na órbita do planeta. Tanto Bezos quanto Musk estão investindo bilhões nesses esquemas. Bezos chama isso de “ir ao espaço para salvar a Terra”. (2)

Para pessoas normais, isso pode parecer o que os especialistas em lógica chamam de *reductio ad absurdum* (um argumento cuja conclusão impossível demonstra o absurdo de uma de suas premissas). Se as premissas capitalistas exigem, em última análise, que as pessoas se mudem da Terra para o espaço com o objetivo de explorar a natureza lá, deve haver algo errado com as premissas.

Mas, como capitalistas, Bezos e Musk não têm alternativa, e só lhes resta afirmar essas premissas. Para Bezos, a única escolha é entre “dinamismo e crescimento” e os horrores “da estagnação e do racionamento”. (3)

Portanto, para eles, subir em foguetes é apenas uma questão de lógica. E eles têm razão. Suas fantasias interplanetárias não são um hobby excêntrico ou divertido, como vestir-se com roupas de personagens de Jornada nas Estrelas. São um resultado profundamente razoável de seus compromissos capitalistas.

De volta à terra

Fink, Carney e Gates – que ocupa o terceiro lugar na lista dos mais ricos do mundo – não têm o talento imaginativo de Bezos e Musk. Eles preferem não ser vistos como “cadetes do espaço” (*Space Cadets* é o nome de um antigo programa de televisão e uma gíria usada nos Estados Unidos para pessoas fora da realidade).

Mas a abordagem preferida deles, embora aparentemente mais mundana, é basicamente a mesma. Para eles, o desafio é o que Fink chama de “realocação de capital” aqui na terra. Onde os ricos poderão investir seu dinheiro, para que os lucros continuem se acumulando em suas mãos? Como fazer isso em um planeta cada vez mais debilitado e que não pode ser coberto por seguros; cheio de processos judiciais ambientais potencialmente debilitantes; comunidades rebeladas em função dos impactos que sofrem; consumidores ecológicos inquietos; e regulamentações problemáticas sobre o carbono?.

Fink, Carney e Gates acreditam que uma das respostas pode ser a tecnologia verde. (Musk também; apesar de todos os seus entusiasmos interplanetários, a verdadeira razão para sua fama ainda são os carros elétricos rodando na Terra.) Para todos esses homens, a crise atual da velha tecnologia “marrom” (ou seja, “não verde”) sinaliza um daqueles surtos de “destruição criativa” (4) que periodicamente estimulam o capitalismo a se reinventar. Eles sabem que as recompensas irão para aqueles que fizerem as apostas comerciais certas dentro de uma nova era de desastres ecológicos.

O problema é que a aposta desses homens privilegiados – as tecnologias verdes – não difere fundamentalmente da antiga variedade “marrom”. As tecnologias verdes ampliam as fronteiras racistas da extração com a mesma brutalidade das tecnologias marrons, exigindo da natureza e dos trabalhadores basicamente os mesmos sacrifícios insustentáveis. Cada vez mais cobalto, níquel e cobre devem ser extraídos na República Democrática do Congo, na Indonésia e no Chile para produzir infraestrutura e dispositivos digitais de “baixo carbono”. Estima-se que os parques eólicos venham a ocupar mais de 50 milhões de hectares de terras apenas nos Estados Unidos até 2050, (5) e ainda mais na China, com turbinas eólicas modernas que exigem muitas toneladas de madeira balsa cada uma, oriunda principalmente do Equador. Os carros elétricos precisam de lítio da Bolívia e de outros lugares para atingir os objetivos pelos quais, como Musk declarou com muita franqueza, “vamos golpear quem quisermos”. (6) E tudo isso principalmente para complementar – e não suplantam – o petróleo, o carvão e o gás. Alexander Dunlap, especialista norte-americano em tecnologia verde, explica isso sem rodeios: “Energia renovável em escala industrial é combustível fóssil+”. (7)

Em última análise, tudo isso pode significar mais fronteiras esgotadas, resíduos acumulados, comunidades rebeldes, eventos de extinção, reguladores intrometidos, verbas para a polícia e tentativas desesperadas de encontrar mais recursos inexplorados em lugares ainda mais remotos? Isso basta para transformar qualquer capitalista em um cadete do espaço.

O espaço sideral aqui na Terra

Felizmente, ainda existem outras maneiras de tentar pintar de verde o velho marrom tecnológico. Uma é ampliar a fronteira das plantações na Terra e cavar mais fundo nos “serviços ecossistêmicos” de florestas, oceanos ou cavernas subterrâneas. A ideia não é escapar da devastação da Terra que obstrui o capitalismo industrial se lançando a outros planetas, e nem deter a destruição em si. Em vez disso, basta pegar, gerenciar, reorganizar e explorar os seres vivos que ainda não foram destruídos aqui na terra para tentar “compensar” os que já foram. A petrolífera BP, por exemplo, quer que seus clientes invistam em turbinas eólicas na China e na conservação de florestas no México para ajudar a compensar sua participação na produção de mais seis bilhões de toneladas de petróleo bruto no projeto de desenvolvimento da Rosneft, subsidiado pelo Estado russo no Ártico. (8)

Bem-vindos ao mundo da “neutralidade de carbono”, das “compensações de biodiversidade”, da “emissão líquida zero”, das “economias circulares” e agora, das “soluções baseadas na natureza”. Mark Carney quer multiplicar a compensação voluntária de carbono por 15 nos próximos nove anos, para ajudar a tornar o mundo seguro para o investimento industrial por mais algum tempo. (9) Usando florestas, vans elétricas e coisas do tipo para “compensar” sua poluição de gases de efeito estufa, a Amazon, de Jeff Bezos, promete “zerar as emissões líquidas” até 2040. (10) Larry Fink afirma que a BlackRock já atingiu esse nível. (11) Fazendo apostas semelhantes, a Microsoft está até prometendo ser “negativa em carbono” dentro de uma década. (12) Nos últimos dois anos, a essas empresas se juntaram não apenas centenas de outros grandes bancos e corporações, mas também 127 países em todo o mundo, que agora estão se preparando para se tornar “neutros em carbono” em vez de impedir que os combustíveis fósseis saiam do solo.

Tudo isso equivale a uma espécie de pirâmide financeira. Nesse tipo de esquema, você engana investidores ingênuos, garantindo-lhes que eles estão apoiando uma empresa (fictícia), enquanto lhes paga “dividendos” falsos que nada mais são do que dinheiro roubado de novos investidores. Em um esquema de compensação ou de “soluções baseadas na natureza”, você diz a economistas ingênuos que investimentos em extração insustentável e multiplicadora de resíduos estão se tornando “sustentáveis” por meio do que, na verdade, é... extração ainda mais insustentável e mais multiplicadora de resíduos.

Bill Gates vai ainda mais longe com essa ideia. Ele não apenas instiga as empresas a tomar conta de terras e formações geológicas subterrâneas, transformá-las em esponjas para absorver carbono e, depois, vender o resultado a terceiros na forma de licenças para poluir mais. Ele também diz que o produto dessa expropriação pode ser usado para aumentar a produção industrial de coisas imaginárias como “aço verde”, “cimento verde” e “aviões verdes”, tornando-os comercialmente competitivos com as antigas variedades “marrons”.
(13)

É claro que não se pode esperar que esquemas de pirâmide durem para sempre. As plantações de árvores projetadas para limpar da atmosfera o carbono resultante da queima de combustíveis fósseis – assim como as plantações para biocombustíveis ou fazendas solares que supostamente “substituem” esses combustíveis – deixam um rastro de devastação e exaustão entre humanos e não humanos, que são tão insustentáveis quanto qualquer outra coisa no capitalismo industrial. Também as compensações de biodiversidade, utilizadas principalmente pela indústria de mineração, apenas acrescentam uma cobertura nova ao antigo extrativismo. Na verdade, como há muito argumentou Ivonne Yanez, da Acción Ecológica no Equador, as compensações podem ser ainda piores do que a mineração, pois ameaçam tirar o sustento vital das comunidades por mais tempo do que as concessões para mineração. Não é de se admirar que tantos adversários do extrativismo, como a Acción Ecológica, também estejam na linha de frente da luta contra as “soluções baseadas na natureza”.

Repetindo, os esquemas de pirâmide não *deveriam* durar para sempre. Na melhor das hipóteses, fraudadores espertos encham os bolsos por alguns anos até conseguir fugir, ser jogados na prisão ou se matar. Da mesma forma, as políticas de “emissão líquida zero” e “soluções baseadas na natureza” não são formuladas para sustentar a Terra e seus habitantes. Sua função é apenas permitir a continuidade dos negócios movidos a combustíveis por mais alguns anos, relativamente protegidos de ações judiciais e ainda passíveis de ser cobertos por seguros, ao mesmo tempo em que se pede que o público faça vista grossa enquanto o colapso ecológico se acelera.

De volta para o futuro

O conceito de “soluções baseadas na natureza” não é novo. Ele remonta ao início da era neoliberal nos Estados Unidos da década de 1970. Naquela época, como hoje, as empresas reclamavam da regulamentação ambiental, que podia estar se tornando uma “proibição ao crescimento” (leia-se: proibição ao capitalismo). E como hoje, não havia outros planetas disponíveis para onde fugir.

A solução encontrada pelas empresas nunca foi impedir os governos de regulamentar. Os capitalistas sempre precisaram e desejaram a regulamentação por parte do Estado, para manter o controle sobre os trabalhadores, garantir os direitos de propriedade privada, taxar

os pobres, ajudar as empresas a explorar a natureza para obter lucro e enfeitar tudo com números falsos, mas plausíveis e de comum acordo. A estratégia era se antecipar a qualquer tentação que o Estado pudesse ter de ir além e impor controles realmente sérios ao impulso da indústria para roubar o planeta inteiro. Afinal, os subsídios fornecidos pela natureza (incluindo a natureza humana) sempre foram a fonte de todo o lucro capitalista – e, indiretamente, de grande parte da receita do Estado.

É por isso que organizações de apoio às empresas, como o American Legislative Exchange Council dos Estados Unidos, nunca se opuseram à regulamentação como tal, e só querem elaborar, elas próprias, essa regulamentação. Isso gerou a inundação de leis ambientais em níveis nacional e internacional do último meio século, que permite e incentiva compensações para áreas úmidas devastadas, biodiversidade empobrecida, água e terra degradadas, espécies extintas, óxido nitroso, hexafluoreto de enxofre e dióxido de carbono, até o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. Grande parte do detalhado planejamento técnico para compensações e legislação sobre “soluções baseadas na natureza” vem de ONGs sediadas em Washington que são favoráveis às empresas, incluindo Environmental Defense Fund, The Nature Conservancy, Natural Resources Defense Council, WWF, World Resources Institute, além de universidades de todo o mundo, a ONU e outros organismos internacionais, como o Banco Mundial e a IUCN.

Naturalmente, essa abordagem é polêmica até mesmo entre os capitalistas. Déspotas de direita como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Narendra Modi têm uma visão um pouco diferente. Sua própria fórmula instintiva para a renovação capitalista é turbinar a repressão racial e patriarcal e, ao mesmo tempo, abandonar ao máximo possível a regulamentação. O sonho deles é que isso torne a extração de mão de obra e recursos tão barata quanto antigamente. Nem compensações, nem consumo verde, nem contabilidade verde, nem mesmo tecnologia verde, sugerem os trumpistas, são opções para “homens de verdade”. Em vez de fugir para o espaço sideral, Trump e seus seguidores globais propõem escapar para uma terra da fantasia diferente – uma terra de domínio masculino e étnico perpétuo e inquestionável sobre humanos e não humanos. Para eles, não importa que a vida ecológica de sua terra da fantasia particular seja ainda mais curta do que a de uma Disneylândia de “soluções baseadas na natureza” ou ônibus diários para Marte. Tal como aconteceu com Gates e Carney, tudo o que desejam é alguma forma de manter unido, por mais alguns anos, um capitalismo que está implodindo.

Instituições, não apenas indivíduos

É claro que essas disputas não acontecem apenas entre indivíduos poderosos como Bezos, Carney, Bolsonaro ou Modi. Elas refletem um debate sobre a estratégia ecológica que está convulsionando todas as instituições do capital no planeta.

Bezos e Musk, por exemplo, não são cadetes do espaço isolados, e sim líderes empresariais conceituados na supressão de direitos trabalhistas. (14) O defensor da tecnologia verde Larry Fink não é apenas um executivo de Wall Street imensamente rico, mas também é o “quarto poder” nos Estados Unidos, pois sua firma de investimentos, a BlackRock, detém participações importantes em mais de 90% das 500 maiores empresas de capital aberto do país. Da mesma forma, Mark Carney não é apenas um banqueiro aposentado do Goldman Sachs; também é um ideólogo indicado pela ONU para promover os interesses de todo o setor financeiro. E Bolsonaro e Modi estão cavalcando uma enorme onda global de reação racista e patriarcal que ainda pode estar muito longe de atingir o pico.

Quaisquer que sejam suas diferenças, as diversas facções que essas figuras de elite representam estão fortemente unidas em sua busca coletiva por formas inovadoras para que o capital continue a saquear uma Terra que já foi quase totalmente saqueada. Figuras como Modi e Bolsonaro, por exemplo, ao mesmo tempo em que promovem a violência racial e de gênero como uma abordagem capitalista, também ficam muito felizes em ser usadas pelos interesses comerciais por trás das tecnologias verdes e das “soluções baseadas na natureza”.

Onde se posicionarão nessa disputa interna do capitalismo os ambientalistas e conservacionistas indecisos da classe média? Recusarão o racismo trumpista, mas aceitarão as “soluções baseadas na natureza”? Rejeitarão compensações e adotarão um Green New Deal, dependente do colonialismo de recursos? Será que se juntarão à política explicitamente espacial de Musk ou Bezos?

Ou, em vez disso, irão se unir aos milhares de movimentos de base que já estão enfrentando diretamente a raiz da crise: o velho imperativo capitalista de encontrar sempre novas maneiras de obter algo de graça, deixando a terra e seus habitantes em ruínas?

Larry Lohmann
The Corner House

(1) Monthly review, COVID-19 and Circuits of Capital, maio de 2020 <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital>

(2) Os empreendimentos espaciais de Musk também já representam uma grave ameaça aos povos de Papua Ocidental e suas florestas e praias aqui na terra. Musk planeja assinar um contrato com o governo indonésio para converter a ilha Biak, na costa oeste de Papua, em uma plataforma de lançamento de “ilha espacial” para 42 mil satélites. Veja um apelo internacional para interrompê-la, aqui.

<https://www.cellphonetaskforce.org/wp-content/uploads/2021/04/Spaceport-Genocide.pdf>

(3) Going to Space to Benefit Earth, filme *Blue Origin*, maio de 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=GQ98hGUe6FM>.

(4) Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, New York: Harper & Row, 1942.

(5) Net-Zero America, Potential Pathways, Infrastructure and Impacts, dezembro de 2020

https://lpdd.org/wp-content/uploads/2020/12/Princeton_NZA_Interim_Report_15_Dec_2020_FINAL.pdf

(6) Twitter de Elon Musk <https://twitter.com/panoparker/status/1318157559266762752/photo/1>

(7) Verso, End the ‘green’ delusions: Industrial scale renewable energy is fossil fuel+, maio de 2018.

<https://www.versobooks.com/blogs/3797-end-the-green-delusions-industrial-scale-renewable-energy-is-fossil-fuel>

(8) Financial Times, Rosneft’s massive Arctic oil push undermines BP’s green turn.

<https://www.ft.com/content/1834bfad-3f98-468a-80cb-455404f04f79>; BP, Energy with Purpose, 2019.

<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/investors/bp-annual-report-and-form-20f-2019.pdf>

(9) Taskforce on Scaling Voluntary Carbon Markets, janeiro de 2021

https://www.iif.com/Portals/1/Files/TSVCM_Report.pdf

(10) CNBC, Jeff Bezos unveils sweeping plan to tackle climate change, 2019.

<https://www.cnbc.com/2019/09/19/jeff-bezos-speaks-about-amazon-sustainability-in-washington-dc.html> Bezos também está despejando centenas de milhões de dólares em organizações ambientais pró-capitalistas sediadas em Washington, que promovem compensações e energia verde em grande escala, e contratou Andrew Steer, um conhecido operador do mundo da “ajuda internacional” britânica, como presidente de seu novo Fundo Terrestre de 10 bilhões de dólares. Veja CNBC, Jeff Bezos nomeia os primeiros destinatários de seu Earth Fund. Veja CNBC, Jeff Bezos names first recipients of his \$10 billion Earth Fund for combating climate change, 2020.

<https://www.cnbc.com/2020/11/16/jeff-bezos-names-first-recipients-of-his-10-billion-earth-fund.html>.

(11) BlackRock, Pegada de carbono da BlackRock para 2020.

<https://www.blackrock.com/corporate/literature/continuous-disclosure-and-important-information/blk-carbon-footprint.pdf>

(12) Microsoft, Microsoft will be carbon negative by 2030, 2020.

<https://blogs.microsoft.com/blog/2020/01/16/microsoft-will-be-carbon-negative-by-2030/>

(13) World Economic Forum, Carbon Markets: A Conversation with Bill Gates, Mark Carney, Annette Nazareth e Bill Winters, 2021. https://youtu.be/iP_3NrV8CtU

(14) The Intercept, Amazon Workers are Organizing a Global Struggle, 2020.

<https://theintercept.com/2020/12/03/amazon-workers-union-international-strike>; The Guardian, Tesla workers speak out: ‘Anything pro-union is shut down really fast’, 2018.

<https://www.theguardian.com/technology/2018/sep/10/tesla-workers-union-elon-musk>

RECOMENDADOS

“Ataques às comunidades dependentes da floresta na Indonésia e histórias de resistência” – Uma compilação de artigos do boletim.

O WRM compilou artigos em indonésio e em inglês para expor os muitos processos de controle por parte das empresas, que estão ameaçando as florestas e os territórios das pessoas nas diversas ilhas. A compilação também destaca as resistências fortes e contínuas contra as muitas tentativas de destruir e tomar terras e territórios dos povos da floresta.

Acesse a compilação em indonésio e em inglês, aqui:

Indonésio: <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/04/Ancaman-terhadap-Komunitas-Yang-Bergantung-Pada-Hutan-di-Indonesia-dan-Kisah-Kisah-Perlawanannya.pdf>

Inglês: <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/04/Attacks-on-Forest-Dependent-Communities-in-Indonesia-and-Resistance-Stories-WRM-bulletin-compilation.pdf>

Bancos de desenvolvimento europeus vergonhosamente indiferentes à violência e aos assassinatos em plantações industriais de dendê na RDC, que eles vêm financiando há anos

Mais dois jovens foram mortos nas plantações industriais de dendê da empresa Plantations et Huileries du Congo (PHC). Os bancos de desenvolvimento europeus vêm financiando a PHC há anos e concordaram em entregar as plantações a um obscuro fundo de *private equity* quando a proprietária anterior, a Feronia Inc., faliu em 2020, após ter recebido mais de 100 milhões de dólares em financiamento para o desenvolvimento. Depoimentos de testemunhas indicam que seguranças da PHC foram responsáveis pelos assassinatos de Joel Imbangola Luneza, Blaise Mokwe e Efolafola Nisoni Manu e por uma recente onda de violência nas plantações de Lokutu, incluindo relatos de estupro e abuso sexual de mulheres. Mesmo assim, os bancos de desenvolvimento europeus permanecem vergonhosamente indiferentes à violência e aos assassinatos, tolerando, com seu silêncio, a impunidade dos responsáveis por essas atrocidades.

Veja o depoimento da mãe de Efolafola Nisoni Manu sobre as circunstâncias da morte dele e a luta para responsabilizar os autores desse assassinato hediondo:

<https://www.farmlandgrab.org/post/view/30275-rdc-entretien-avec-mme-augin-nolofana-la-maman-d-un-jeune-villageois-de-mwingi-qui-aurait-ete-tue-par-les-agents-de-la-societe-phc-kkm> (apenas em francês).

Mais informações sobre a luta da comunidade contra a PHC: <https://wrm.org.uy/all-campaigns/struggles-against-oil-palm-company-feronia-in-drc/> e em <https://www.farmlandgrab.org/cat/show/511>

Rio tóxico: a luta para recuperar água das plantações de dendezeiros na Indonésia

A crescente demanda por óleo de dendê veio com o alto preço da destruição da floresta tropical, da exploração de mão de obra e da brutal apropriação de terras e água.

Comunidades que vivem dentro e próximo das plantações de dendê na Indonésia e em outros lugares estão profundamente preocupadas com suas fontes de água doce. Mas até agora, esse impacto de longo prazo sobre os riachos de água doce ao redor das plantações de dendezeiros parece ter sido esquecido. A realidade é que junto com a destruição dessas plantações, também vem o grave problema do aproveitamento de água. Leia mais no relatório publicado por ECOTON, GEMAWAN, GRAIN e KRUHA:

<https://grain.org/en/article/6578-toxic-river-the-fight-to-reclaim-water-from-oil-palm-plantations-in-indonesia>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 255 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Soluções baseadas na natureza”:** ocultando um grande roubo de terras" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
"Diante de ameaças e imposições nas florestas, os povos defendem e retomam
seus espaços de vida"?

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguay

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>